

ESTADO DE MATO GROSSO



DIÁRIO OFICIAL

SUPLEMENTO MENSAL

administração: governo *Wilmar Peres de Farias*

ANO I — CUIABÁ —

QUINTA FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 1.986.

— Nº 3

SUMÁRIO

NDIHR
BIBLIOTECA

- NOTÍCIAS METEOROLÓGICAS EM MATO GROSSO, por Jorge Bombled. Página 2.
- POLÍTICO CUIABANO NA CONSTITUINTE DE 33/35, por Marta de Arruda. Página 3.
- A HISTÓRIA DO JORNAL E A HISTÓRIA DA NOSSA CULTURA, por João Antonio Neto. Páginas 4 e 5.
- OS MANIFESTOS DE BORDO: ACERVO PRECIOSO, por Leônidas Quêrubim Avelino. Páginas 6 e 7.
- O ACERVO DA CURIA METROPOLITANA DE CUIABÁ, por David Canavarros. Página 8.
- HISTÓRIA MATO-GROSSENSE EM TODAS AS ESCOLAS, por Pedro Rocha Jucá. Página 9.
- UMA "WALL STREET" CABOCLA, por Octayde Jorge da Silva. Página 10.
- NOTAS PARA UMA HISTÓRIA DO ESPAÇO URBANO DE CUIABÁ - I, por Carlos Rosa. Páginas 11 e 12.
- NOTÍCIAS SOBRE MATO GROSSO EM UM JORNAL PORTUGUÊS DO SÉCULO XVIII, por Carlos Francisco Moura. Páginas. 13, 14, 15

NDIHR
BIBLIOTECA

NOTÍCIAS METEOROLÓGICAS EM MATO GROSSO

Jorge Bombled

Sem dúvida, durante muitos anos, foram realizadas pesquisas sérias e aprofundadas sobre o clima e a atmosfera em nosso Estado de Mato Grosso. Ouvi falar que no século passado houve quem se interessou em anotar algo sobre o assunto em Cuiabá. Entretanto, posso assegurar que, numa forma regular, constante e fiel, tais pesquisas foram executadas com precisão a partir de dezembro de 1900. Equipes de meteorologistas se sucederam honrosamente na direção, na orientação e na explanação de observações meteorológicas, efetuadas, registradas e arquivadas no extinto "Observatório Meteorológico Dom Bosco", que funcionou no conhecido Colégio Salesiano São Gonçalo. Para muita gente, falar em meteorologia é apontar irrisória, irônica e irreverentemente uma previsão falhada do tempo ocorrido ou porvindouro. Entretanto, a finalidade primária e primordial da meteorologia não foi e não é o prever o tempo mas antes observar e registrar com paciência e constância os fenômenos da atmosfera, permitindo assim aos pósteros a possibilidade de prever-se de resultados catastróficos ou de aproveitar-se da benéfica influência de tais fenômenos.

Dois casos do passado vêm apoiar esta minha asserção. 1º) - A Previsão do Tempo organizada e internacional iniciou-se no princípio do século passado. As froças francesa e inglesa ancoradas no mar da Criméia, ao Sul da Rússia, aguardando ordem de entrar em ação bélica contra a Rússia, sofreram bastante avarias, não por causa de derrota militar, mas pela veemência de um fortíssimo furacão vindo do além dos montes Urais, desencadeado repentinamente. O imperador Napoleão Bonaparte queixou-se com o astrônomo Le Verrier, e lhe pediu um meio para preservar-se de semelhante incidente. Este, pois, respondeu: "Se tivéssemos tido notícias do estado do tempo na região além-Urais, provavelmente não teríamos sofrido tantos danos". O conselho valeu, e hoje em dia, a previsão é praticada em todos os países. Porém, não se imagine que uma Estação Meteorológica isolada possa fornecer a desejada previsão.

A previsão é o resultado de milhares de estações situadas no mundo inteiro que enviam a um centro organizado de previsão num país as suas informações diárias nos horários estabelecidos correspondentes a 6,00, 12,00, 18,00 e 24,00 horas do Tempo Médio em Greenwich (Inglaterra), cujo meridiano corresponde a 0 graus, e como tal reconhecida universalmente. Por este motivo, o serviço de Previsão do Tempo exige que cada um dos observadores, conscientes de sua grande responsabilidade e fidelidade, remeta o mais rapidamente possível a sua mensagem elaborada com esmero e dedicação, a fim de permitir aos meteorologistas organizarem o mapa sinótico com exatidão e descobrir o movimento das massas de ar sobre o continente. Um desses observadores foi, inegavelmente, o saudoso Pe. Ricardo Remetter, cujo 219 aniversário o de morte ocorre neste dia 22 de setembro de 1986. O então Vice Reitor (1980), Dr. Benedito Pedro Dorileo, achou por bem colocá-lo como titular da Estação Agroneometeorológica da Universidade Federal de Mato Grosso.

2º) - Outro caso para demonstrar a importância de um registro fiel, constante e exato de dados e fenômenos atmosféricos durante longos anos a fio, é o seguinte: Na Segunda Guerra Mundial, a esquadra alemã achava-se bloqueada no porto do Havre (França) sem poder aventurar-se em ganhar o alto mar, ameaçada pelos canhões ingleses nas praias opostas ao mar da Mancha. O almirante consulta o Quartel General em Berlim. Estes recorrem aos meteorologistas pedindo indicações para sair desse impasse. Os meteorologistas, por sua vez, consultam os anais do Serviço de Meteorologia num período de 30 anos sobre a região do Havre. Alí descobrem que em certo mês

tar-se do primeiro nevoeiro ocorrente. Dito e feito, a esquadra já está longe quando os ingleses podem perceber a retirada, mas já é tarde para atingi-la com bom bardeio. Quem beneficiou essa esquadra? Os meteorologistas do passado, que registraram paciente e fielmente esses fenômenos salvadores.

Assim também demonstrou ter sido o saudoso Pe. Ricardo Remetter no seu paciente trabalho de observador no Observatório Meteorológico Dom Bosco, cujos dados foram resumidos nos volumes de "MEIO SÉCULO DE METEOROLOGIA" que se encontram na Biblioteca Central da Universidade Federal de Mato Grosso. Caro Leitor, voltaremos a conversar sobre o assunto em artigos próximos.

CHOVEU MAIS EM MT NO MÊS DE AGOSTO

Embora agosto seja um mês de seca, em Mato Grosso foi registrado nada menos que 91,5 mm de chuva. O fato não é normal. Entretanto, não é de todo extraordinário, pois, em anos anteriores, no período compreendido entre 1911 e 1966 já foram registradas chuvas abundantes nessa época do ano. Em 1911, o total mensal de chuvas alcançou 163,0 mm. Ainda nessa época, a temperatura média ficou em torno dos 25°C, quando o normal era 27°C. Essas informações constam do Boletim Informativo Mensal de Meteorologia da Estação Agroneometeorológica "Pe. Ricardo Remetter da UFMT", localizada na Fazenda Experimental em Santo Antônio de Leverger, preparado pelo mestre Jorge Bombled e enviado ao reitor Eduardo De Lamônica Freire.

SUPLEMENTO MENSAL

EXPEDIENTE

GOVERNO:

WILMAR PERES DE FARIAS

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO:

NEY ABBADIA DE OLIVEIRA

DIRETOR GERAL DA IOMAT:

ANANIAS VIEIRA DA SILVA

DIAGRAMADORES:

CELMO MOLINA

VALDECIR BACANI

IOMAT - Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso
Rua 13 de Junho n.º 431 Fone: 321-4613

Este Suplemento Mensal é produzido pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, da Universidade Federal de Mato Grosso, em convênio com a Imprensa Oficial do Estado.

Endereço para Correspondências e Contatos:

Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional,
NDIHR, Universidade Federal de Mato Grosso, Bloco do
Centro de Ciências Agrárias, Sala 56. Fone: 361-2211
(Ramal 170).

Político Cuiabano na Constituinte de 33/35.

Marta de Arruda

Em seu apartamento de Brasília, este cuiabano ainda conserva o hábito de fazer o quilo depois do almoço, e, entre um trago de cigarro e outro, pausadamente falou sobre sua vida à representante do NDIHR. Ele é o ex-advogado, jornalista e político Alfredo Correa Pacheco, 89 anos, filho de Maria da Conceição e Vicente Pacheco Pinto de Barros. Aluno da professora Bernardina Ricci, não esquece os dias da meninice. Seu avô Francisco Correa da Costa era fazendeiro na região de Mimoso e morreu com mais de 100 anos, sendo irmão de Pedro Celestino Correa da Costa. Sorri, seu rosto ilumina-se quando conta o amor que seu avô tinha pelo cavalo chamado MILITAR. Era um cavalo baio, bonito, que vivia solto no campo. "Um dia, com mais de 100 anos, mandou um empregado pegar o cavalo para dar uma cavalgada. Foi desaconselhado, mas tinha uma vontade de ferro. Montou e o cavalo pulou e o atirou sobre as raízes de uma árvore. Machucou-se muito, principalmente nos rins. Dessa queda resultou sua morte, um mês depois. Ele pediu que fosse sepultado à sombra de um pé de jatobá. Foi enterrado ali. Esse cavalo permaneceu deitado sobre a sua cova durante vários dias. É um fato de que até hoje não me esqueço ...".

MA - De 9 de março de 1897, data do seu nascimento, até quando o senhor morou em Cuiabá?

AP - Até 1919 e, nesse ano, fui nomeado professor do Grupo Escolar Costa Marques, de São Luis de Cáceres. Ali permaneci até 1918, quando fui sorteado para o serviço Militar, em Corumbá. Depois fui transferido para o Rio de Janeiro, onde morei até 1921. Ao regressar a Mato Grosso, fixei residência em Três Lagoas, depois me mudei para Campo Grande e, ali, já em 1932 fui eleito deputado à Assembléia Nacional Constituinte.

MA - Soube que o senhor negou-se a assinar aquela Constituição por discordar da mesma?

AP - Perfeito. Havia dispositivos que contrariavam meu modo de pensar.

MA - O senhor poderia citá-los?

AP - Posso citá-los. A começar pelo preâmbulo, uma Constituição com invocação em nome de Deus, essa Constituição era para todos os brasileiros e para todos os estrangeiros que habitavam o Brasil (católicos, não católicos, ateus, protestantes, etc.). Essa Constituição contrariava então o pensamento de muita gente que não cria em Deus. Eu não quis assiná-la. Entre outras coisas, a Constituição estabeleceu, por exemplo, o ensino religioso nas escolas. Considerei absurdo. O ensino leigo sempre foi bom. A Constituição devia seguir os moldes da de 1891. Aliás, copiamos muita coisa da Constituição de 91. Apesar de tais senões, reputo muito boa a Constituição de 1934.

MA - Na época em que o senhor foi deputado, qual uma de suas lutas a favor do povo?

AP - Na Assembléia Nacional Constituinte, tive a glória, posso dizer agora, de ser o autor do primeiro projeto de divórcio no Brasil ...

MA - Primeiro projeto de divórcio?

AP - Sim. Lembro-me bem. A emenda dizia o seguinte: "A família, constituída pelo casamento, está sob a proteção do Estado. A lei ordinária regulará os casos de anulação e de Divórcio. Essa emenda apresentada abriu caminho para o Divórcio em 1934.

MA - Não foi aceita e nem aprovada?

AP - Não, porque na ocasião o clero havia organizado as ligas católicas que eram verdadeiros partidos políticos. Esses partidos políticos dirigidos pelo clero obtiveram compromissos de muitos deputados eleitos à Assembléia Constituinte para que votassem favoravelmente às reivindicações dos católicos. Quando a emenda foi a plenário, foi rejeitada, e teve apenas 58 votos favoráveis. Os demais, comprometidos com as ligas católicas, não puderam votar.

MA - Nesse tempo, quem era o presidente da República?

AP - Era o Getúlio Vargas. Tomou posse após o triunfo da Revolução de outubro de 30. Tomou posse e só deixou o Governo em 45. A Assembléia Constituinte foi convocada por ele e funcionou de 15 de novembro de 33 a 30 de abril de 35.

MA - Qual seu ponto de vista sobre Getúlio Vargas?

AP - Sobre Getúlio Vargas, devo dizer o seguinte: Fiz toda propaganda da Revolução. Entrei nela de corpo e alma. Era um idealista. Mas nos primeiros contatos, quando eleito deputado, que tive com o presidente Getúlio, minha decepção foi horrível. Tive a maior das decepções. O Getúlio está morto, mas ainda assim ...

MA - Por que o senhor se decepcionou?

AP - Decepcionei-me por isto: o presidente Vargas não era um homem em quem se pudesse confiar, mercê de suas atitudes dúbias. Até quando se tratava com ele de assuntos importantes, tergiversava, usava de evasivas, não assumia nenhum compromisso. E quando os assumia, não os cumpria. Mas o senhor Getúlio Vargas é já morto e eu lhe respeito a memória, não desejando assim me ocupar da sua personalidade. Desejo apenas citar um fato histórico. É o seguinte: tendo falecido o presidente Olegário Maciel, de Minas Gerais, surgiram logo os candidatos à sua sucessão. O primeiro, indicado por Oswaldo Aranha, era o deputado Virgílio de Mello Franco, cujo pai, Afrânio de Mello Franco, era Ministro do Exterior. Outros candidatos surgiram, apontados pelo senhor Flores da Cunha, pelo Dr. Antônio Carlos, presidente da Assembléia, etc. O presidente Vargas prometeu atendimento a todos. Mas, deixou o caso amortecido para inesperadamente nomear o seu candidato - o então deputado Benedito Valadares. Fui eu quem transmitiu a notícia que estourou como uma bomba no seio das bancadas da Câmara, principalmente na bancada mineira. Foi assim: o deputado Godofredo Viana, presidente da Comissão de Redação, me fez a entrega, a pedido meu, de um exemplar da Constituição, que acabava de ser votada, antes, porém da sua promulgação. De posse do exemplar, ocorreu-me a idéia de colher assinaturas dos demais deputados, a fim de guardar como lembrança. Benedito Valadares se assentava ao meu lado na bancada. Pedi-lhe, então, o autógrafo, que ele de pronto lançou no exemplar da Constituição: "Benedito Valadares Ribeiro, Governador do Estado de Minas Gerais". Incontinenti mostrei-o a Oswaldo Aranha, a Virgílinho e a quantos me procuraram. Foi um bomba. Oswaldo Aranha renunciou imediatamente à liderança do Governo. Afrânio de Mello Franco demitiu-se do cargo de Ministro das Relações Exteriores e Virgílinho foi à tribuna para narrar

CONCLUI NA PAGINA 07



A HISTÓRIA DO JORNAL E A HISTÓRIA DA NOSSA CULTURA

João Antonio Neto

RUBENS DE MENDONÇA, na sua prestímoza HISTÓRIA DO JORNALISMO em Mato Grosso, arrola perto de 150 jornais publicados só em Cuiabá, de 1839, (com o THEMIS MATOGROSSENSE), até 1951 - o que nos dará mais de um jornal por ano, aos quais se podem somar novas publicações, de periódicos ou diários, dessa última data, até hoje, como DIÁRIO DE CUIABÁ, CORREIO DE CUIABÁ, FOLHA DE CUIABÁ, CORREIO DA IMPRENSA, EQUIPE, O ESTADO DE MATO GROSSO, SPORT NEWS, JORNAL DO DIA, etc., etc., ... Recentemente, segundo levantamento do Núcleo de Documentação e In formação Histórica Regional, da Universidade Federal de Mato Grosso, aquele número foi, entretanto, para cerca de trezentos! A maioria dos jornais se dedicava à política, ou se fazia notar por este órgão ainda comissário, especialmente no interior: "órgão noticioso e independente ...". Também é de notar que tais publicações, em geral, tinham vida efêmera, algumas delas vivendo apenas um ou dois números ... Mas o que, precisamente, nos interessa aqui é casar o tema DIFUSÃO LITERÁRIA MATO-GROSSENSE, com o Jornal, limitando-nos, no caso, apenas a Cuiabá que, como se verá, vai representar muito bem sua tarefa.

Primeiramente, vamos situar o Jornal dentro da moldura do assunto. É que, a partir de 1839, (circulação do primeiro jornal), passou a ser este tipo de publicação o único instrumento de fixação e transmissão da produção intelectual de Mato Grosso, incernada, quase totalmente, na velha Capital. A não serem as publicações oficiais, como relatórios de governos e outros atos administrativos - tudo o mais estava no jornal (e aqui englobamos a "revista"). O jornal, como é da sua função, dava a notícia, mas de forma muito mais abrangente do que hoje - pois, além dos acontecimentos produzidos pela vida política, social, esportiva, religiosa, policial, internacional, nacional, regional e local - igualmente cuidava o jornal dos assuntos culturais e particularmente dos literários. E aqui é bom realçar que o tratamento dado pelo jornal à Literatura era de primeira qualidade, pois considerava esta faceta da divulgação, como coisa indispensável.

Jornal que se prezasse, tinha que publicar o seu soneto ou o seu poema ou, quando menos, a sua trova. E dessa obrigação, por assim dizer "incidente", passou-se naturalmente à necessidade da publicação especializada, ou seja, do jornal essencialmente literário ou do predominantemente literário. O fato é que, sem dúvida alguma, o jornal considerava a Literatura imprescindível, para completar sua aceitação pelos leitores que, invariável e necessariamente, os folheavam.

Chegados a este ponto, podem vir as indagações: Por que o jornal? A resposta não é: porque o Jornal era a única alternativa - pois, antes de tudo, o povo interessava-se realmente por Literatura; o povo lia, e consumia cultura. Não é segredo para ninguém que a velha Cuiabá, (dos meados século passado, até meados deste século XX), foi uma cidade culta; uma cidade de grêmios literários e centros artísticos; uma cidade que gostava de teatro, desde, aliás, os primórdios século XVIII, (em 1729 já se representava em Cuiabá). Pois bem, a natureza do público, dita a matéria do jornal. Para ser aceito, o jornal tinha que inclinar-se para as preferências dos leitores - e daí a Literatura do jornal. Por outro lado, os escritores pululavam por aí - e como se sabe, o talento literário, na sua natural inquietação, quer

exteriorizar-se, quer falar e comunicar com o público, com o mundo - e o único veículo para isto, no tempo e no meio, era precisamente o jornal: forma acessível, eficiente e sobretudo gratuita, de difusão dos produtos do engenho criador dos cuiabanos.

E o "gratuito", aí, entra, também, propositadamente para colorir a quase sempre absoluta impossibilidade de os autores, para publicar, por outras vias, a sua poesia, a sua prosa, as suas investigações de História, Geografia e outras mais. O jornal foi, então, o grande coletor e condutor da cultura literária (e também científica), a tal ponto que, sem o jornal, seria impossível fazer qualquer levantamento positivo da vida literária de Mato Grosso. E a afirmação vale, não só para o século passado, como, ainda, para este, e mesmo para os próprios dias que estamos vivendo. Embora de uns cinquenta anos para cá, se tenham publicado livros de Mato Grosso e em Mato Grosso, essa publicação é ainda escassa e difícil, por onerosa. O jornal, como não acontece nos grandes centros, ainda é o recurso normal de que se valem os escritores, para fazer conhecidas as suas obras ou parte delas. Fica, assim, fácil compreender "por que o jornal?" - Porque, além de ser o canal exclusivo de divulgação era, também, o único que atendia à condição de pobreza dos escritores.

Publicar um livro, no século passado ou nos princípios deste, significava ser, além de literato, rico ou ao menos bafejado por algum providencial Mecenas dos círculos oficiais ... O jornal, dessa forma, salvou nossa cultura do mais desastroso esquecimento e de outras aniquiladoras indigências. Está, então, - parece-nos - firmemente seguro que a difusão da nossa cultura deveu-se ao jornal. No início destes registros, falamos do número considerável de jornais, só em Cuiabá. Poderíamos perflustrar vários outros centros, mesmo os limitados ao atual Mato-Grosso, pós-divisão. Aí veríamos que, praticamente, todas as cidades mais importantes do Estado, tiveram sua folha de notícias. Num parêntese, se considerarmos, nesse ponto, só o Leste, abrangendo um triângulo que vai de Rondonópolis-Poxorêu a Barra do Garças e Alto Araguaia, já teríamos alguns jornais, especialmente em Guiratinga e Poxorêu, todos com sua ponta de Literatura e, num caso muito especial, apenas de Literatura. Esse caso é o da Associação de Intercâmbio Cultural de Guiratinga, com seu insólito e quase inacreditável jornal, NOVO MUNDO, dirigido por RAIMUNDO MARANHÃO AIRES e do qual tive a honra de também ser redator. O NOVO MUNDO constituiu uma espécie quase única, não só em Mato Grosso, mas até no Brasil. Vicejou durante a década dos quarenta. Era um jornal exclusivamente literário, com uma singularidade extraordinária: publicava trabalhos em prosa e verso, em português, espanhol, francês, inglês, italiano, alemão e esperanto! ... No auge da sua divulgação, cobria nada menos de 77 países, da China à Índia, de Goa à Noroega, extendendo-se, na América, da Argentina ao Canadá.

Que eu saiba, somente a FOLHA LITERÁRIA, de Cuiabá, dirigida pelo jornalista AUGUSTO MÁRIO VIEIRA, aproximou-se, de certo modo de o NOVO MUNDO, sendo, também literário e de quando em vez publicando trabalhos em língua estrangeira, no caso o castelhano. Mas o NOVO MUNDO foi quase incrível. Normalmente, os nossos jornais

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

nhos, por aqui, seguiam aquela rotina, já velha e conhecida de intitular-se, como já dissemos, de "órgão independente e noticioso". Ainda em Guiratinga, ao tempo, LAGEADO, tivemos, de 1930 a 1934, o ARAGUAIA que trazia no cabeçalho a epígrafe de literário e noticioso" e, posteriormente, já nos anos quarentas, a VOZ DO LESTE. Em Poxoréu, circulou, no mesmo período, o CORREIO DE POXORÉU - e todos eles acolhiam, com as notícias comuns da cidade ou da região, as produções literárias, cujos autores, em sua maioria, são hoje totalmente desconhecidos. E da mesma forma ocorreu em outras cidades do Estado. Sem falar em Campo Grande, Paranaíba, Ponta Porã e, principalmente, Corumbá, hoje, do outro Mato Grosso - as cidadês do lado de cá seguiam essa trilha de, invariavelmente, estampar os seus sonetos ou suas crônicas poéticas, em prosa.

Mas, onde, realmente, o jornal constituiu o grande estuário por onde desembocou a literatura do tempo, foi em Cuiabá. Pode-se mesmo escrever a história da Literatura Mato-grossense através de suas folhas diárias ou hebdomadárias, quinzenárias ou mensais. E é preciso acrescentar que essa disposição de ampla acolhida da literatura pelos jornais, chegou até aos nossos dias. É claro que agora essa acolhida não é tão intensa como antes. E nesse sentido, aliás, é de justiça assinalar que, a exemplo de o NOVO MUNDO de Guiratinga, foi somente em Cuiabá que prosperou de maneira abundante a literatura no jornal ou o jornal de literatura - isto, desde o século passado.

É lugar aqui para lembrar que as Belas Letras não estavam presentes no jornal, por simples acidente, como tópico insignificativo da vida social, simples curiosidade, cu necessidade de encher espaço tipográfico, na falta de outras notícias. Não. Não era isto que acontecia. A Literatura era agasalhada nessas publicações por que realmente a literatura existia, em grande ebulição e florescimento. A poesia, então, exuberava; porê, igualmente a prosa, principalmente a prosa poética transbordada pelas páginas, entre notícias política e acontecimentos de ocasião. Muitos pensam que a crônica, esse quase conto-poema ou caso-poema, tão do agrado dos leitores de hoje, teria nascido no Brasil com RUBEN BRAGA, desde "O Conde e o Passarinho", em 1936. Pura ilusão! A crônica de hoje, já existiu vivida e bela, lá para ante-ontem. Em Cuiabá, JOSÉ DE MESQUITA, escrevia a crônica ameníssima, com o pseudônimo de HÉLIO MAIA, já antes de RUBEN BRAGA ... Pois bem, a literatura nos jornais ou de jornais (ou revistas) era resultado da intensa produção e criatividade intelectual da respectiva época, aliadas às preferências de um público ávido por tudo que representasse expressão de cultura. Às vezes, circulavam num mesmo período, várias publicações de conteúdo literário. Só num espaço de nove anos, de 1949 a 1958, tivemos em Cuiabá, além da publicação de cantos de jornal, folhas de literárias, de primeira qualidade como O ARAUTO DE JUVENILIA, de Silva Freire e Wladimir Dias Pina; os poemas de GANGA, comigo, Agenor Leão e ... e a FOLHA LITERÁRIA, de Augusto Mário Vieira e isto ainda, sem falar das publicações de grêmios, como O LICEU, do Colégio São Gonçalo e a VIOLETA, do grêmio "JÚLIA LOPES", dirigido por MARIA DIMPINA. O jornal O CORREIO DE MATO GROSSO, manteve um importante conteúdo literário, nos fins da década dos quarentas, dirigido por Archimedes Pereira Lima.

O fato é que se se fizesse, com tempo e paciência, o necessário levantamento do fato aqui apenas esquematicamente delineado - teríamos um resultado monumental, surpreendentemente fecundo para o pesquisador e para a

Literatura do Estado. Estamos empenhados nessa pesquisa e acreditamos que nos dará resultados muito acima do pretendido, com revelações inesperadas para a história geral da cultura mato-grossense. Fique, pois, assentado que nossa Literatura chegou até nós, oferecendo-nos autores e obras, porque o Jornal foi o seu guardião e veículo. Fora disto, teríamos perdido a quase totalidade do que se escreveu, ou notícias de quem escreveu, cá por estas bandas do Brasil. Somos, assim, devedores da Imprensa, por este benefício incalculável, por cuja merecemos podemos exibir uma vida literária, senão excepcional, mas relativamente opulenta e capaz de não nos por envergonhados, diante de outros Estados deste interior, antes e verdadeiramente esquecido e abandonado.

Mas, gostaria de, como fecho destas investigações, dar um exemplo de como funcionou e por que funcionou, a seu modo, a imprensa mato-grossense, a partir da terceira década do século XIX, situando-nos apenas em Cuiabá - e fazendo um inventário (por sinal muito restrito) da atividade jornalística dos cuiabanos. Digamos, apenas vinte por cento dessa atividade. Nesse sentido, veremos que a ação dos jornais cobriu uma área que abrange - abstração feita do jornalismo típico - Literatura, Política, Ciência, Educação, Humorismo, Profissões, Religião, Desportos, Direito, sem falar nos assuntos governamentais e até internacionais. Sobre toda essa matéria tivemos jornais, em Cuiabá, ou seja, entre os trezentos e tantos jornais cuiabanos, vários deles indicavam especificamente esses ramos do conhecimento, como programa principal da sua atuação. Já nos referimos mais de uma vez ao fato de todos os jornais terem também o seu cantinho dedicado à Literatura. Outros, eram só de Literatura, como os que há pouco citamos. O movimento pseudo-modernista de 1939, teve sua revista, PINDORAMA, repertório importante e transitório das pretensões inovadoras dos seus promotores, no Estado de Mato-Grosso, ou melhor em Cuiabá.

Mas, agora, o que pretendemos mostrar é que em Cuiabá todas as classes que compunham a sociedade, facções políticas, categorias profissionais, denominações religiosas, grupos intelectuais - tinham o seu jornal ou a sua revista. Pois, as crianças também não possuíam seus jornais? ... - Eles se chamaram O AMIGUINHO que circulou em 1912, a POLHA INFANTIL, de 1937. Tão importante foi o jornal na vida de Mato-Grosso, figurada em Cuiabá, que, quando não era possível fazer o jornal circular na Capital, dava-se outro jeito - É o caso, por exemplo do famoso jornal político, A REAÇÃO, de 1902, órgão do Partido Republicano, editado, nada mais, nada menos, do que em Assunção, no Paraguai, dada a impossibilidade de sair normalmente em Cuiabá, em vista de injunções político-partidárias, do momento.

Poderíamos até armar um quadro, por assim dizer folclórico, recensando as denominações de muitos jornais - quadro, aliás, curioso, pela felicidade de escolha dos nomes, conforme a natureza da mensagem a ser transmitida, ou mesmo das pessoas envolvidas no trabalho divulgador. A revista VIOLETA, de 1916, combinava bem com a atividade literária da mulher, o mesmo podendo dizer-se do seu antecessor, O JASMIM, de 1897, também literário e dirigido pela ilustre dama e esteta, D. LEONOR GALVÃO. Se os jornais essencialmente políticos se chamavam O REPUBLICANO, de 1883; o 15 DE NOVEMBRO, de 1890; O DEMOCRATA, de 1926; O CONSTITUCIONAL, de 1933 - os jornais da classe estudantil tinham apelidos pertinentes com a juventude. E daí o TAGARELA, de 1913; A

OS MANIFESTOS DE BORDO: ACERVO PRECIOSO

Leonidas Querobim Avelino

A linguagem em primeira pessoa não é considerada apropriada para trabalhos de natureza científica. Corre-se o risco de fazer-se, como diriam os profissionais de análise textual, Euxegese em vez de sóbria e fria exegese. Vou correr este risco. E, transpondo para um trabalho, mais histórico que literário, à maneira de Machado de Assis, falo com o respeitável leitor que, por ventura, honrar-me estas linhas, com uma leitura distraída em momentos de sobra, antes do Noticiário Nacional, numa noite gostosamente cuiabana ... Leitor amigo: você já ouviu falar em Manifestos de Bordo? Não ouviu? Pois você está perdendo uma leitura das mais curiosas e distrativas de sua vida. Dentro dos limites deste trabalho, Manifesto de Bordo é um documento referente ao transporte fluvial que por muitas décadas se fazia e era a maneira normal de se chegar, de navio, subindo a Bacia do Prata, até Cuiabá. Era o "caminho das águas". Estas viagens eram, na verdade, coisa fabulosa. Capazes de despertar a imaginação de qualquer leitor dos dias de hoje. Tanto assim que, já naquelas épocas, alguém escreveu um relato da viagem fluvial de um inglês apelidado do Mister Johnson.

O pesquisador Carlos Francisco Moura que, entre outros estudos, está realizando um trabalho sobre o Teatro no Séc. XVIII em Mato Grosso, e já publicou, pela UFMT, duas peças levadas à cena em Cuiabá em 1790 e que eu re-apresentei aqui e em Ouro Preto com um grupo de alunos - Carlos Francisco Moura publicará em breve uma peça que foi representada durante uma viagem fluvial... Pois é, respeitável leitor, viajar de navio para Cuiabá era uma grande e memorável experiência. Estou pedindo ao Senhor Bom Jesus, cuja estátua nos altos da Igreja de S. Gonçalo era um festivo e aliviareiro sinal aos navegantes que vinham a Cuiabá, estou pedindo a Ele que faça reatar-se a grande história e as fabulosas histórias do caminho das águas ... E quero registrar aqui um voto de aplauso, a quem de direito, pela grande visão que se teve em construir o viaduto sobre o Rio Cuiabá, na perimetral sul, com trinta metros de altura sobre o estuário do rio, para que se permita a navegação fluvial novamente. Nenhum país desenvolvido deixa sem uso as possibilidades de navegação fluvial que temos.

Mas voltemos aos Manifestos de Bordo. Eles são documentos mais abrangentes. Ricos do que se pensa à primeira vista. São escritos a mão. Você poderá ir admirando a linda caligrafia. Contêm um informativo completo sobre o navio e a viagem; o material transportado é minuciosamente descrito, de onde vem, para onde vai, quem remete, quem recebe, quantos ou quantas unidades, se de primeira ou de segunda qualidade. Identifica-se o navio, sua tonelagem, procedência e destino, nome do comandante. Identificam-se os passageiros: nome, nacionalidade, estado civil, profissão, procedência, destino e até a bagagem! Leitor distraído, não há melhor distração. Veja lá:

Exercício de 1891
Manifesto nº 16
Paquete Nacional Rápido
Vindo de Montevidéu
Entrado por inteiro em 11 de abril de 1891
Comandante Luiz José dos Santos

Da lista de passageiros constam 23 brasileiros, 3 portugueses, 1 francês (Juan Barragat, destino Vila Ma

ria), 1 espanhol, 5 árabes. O primeiro da lista é o Dr. Antônio de Azeredo, figura de muito destaque em Mato Grosso, residente no Rio de Janeiro, jornalista, político. Sérgio de Sant'Anna: "desertor de Assumpção; observação: à disposição do chefe de Flotilha; José Gavino Pari: criminoso, procedente de Apa; observação: à disposição da Polícia". E por aí se vai.

É óbvio que só a lista de passageiros já enséja muitas perguntas e indagações sobre as pessoas mencionadas. Talvez entre elas se encontre o primeiro ou primeiros de família que ao depois se tornou tradicional na região. Causa interesse desde logo o fluxo de gente estrangeira. Mas, distraído leitor, a lista do material transportado é também muito curiosa. Veja só: tudo vindo no Pacote Nacional Rápido; 11 de abril de 1891:

Procedente do Rio de Janeiro:

"1 caixão com impressos; dono H. Sant'Anna, despachado por Henrique S.A. - 1 caixote de livros sortidos; Antônio José da Rocha - Salvador Paes de Campos. - 1 caixão com piano; Ordem.

Carga do Governo:

1 caixão com uma bandeira; Governador de Mato Grosso.

Procedente de Montevidéu:

4 barricões de ferragens; Fumo de Matos e Cia.

10 caixões de cerveja; 10 caixões de idem; 10 idem genebra; 10 idem vermuth; 10 idem bacalhau; 10 sacos de arroz; 4 bordalezas vinho; 1 barril idem; 3 volumes com 23 barris azeitonas; 4 caixões armas; 1 caixão espoletas; 4 bordalezas vinho; 10 caixões cerveja; 6 oitavos vinho; 25 caixões vermuth; 2 quartos vinho".

Olhe aí, meu leitor, olhe aí! Pelo jeito a gente de Cuiabá daqueles tempos comia e bebia muito finamente. Vinhos estrangeiros! Bordaleza era um barril de vinho de Bordéus (por isso: bordaleza ...). Quanta azeitona! Também para tanto bacalhau ... E quanta cerveja! Mas, note também, caro leitor, os impressos. Eram livros. Já antes havia sido dada a notícia de um "caixão com piano" ... Nada mal, meu leitor, nada mal ... Ler tomando vermuth ou genebra, ou até cerveja ... Ou ler ouvindo piano. Ou ouvir ou tocar piano bebendo coisas finas, lá da Europa ... O cuiabano sempre soube viver ... E é assim, meu caro, que o Manifesto de Bordo contém informações curiosíssimas sobre a história, a sociedade, o estilo de vida ... O Manifesto é uma manifestação de vida e de história. Estas listas devem ser projetadas em ampla perspectiva humana e cultural.

Mas voltemos à carga do Pacote Nacional Rápido que ainda tem mais itens:

"Procedentes de Buenos Aires:

100 saccos farinha trigo; 1 casco ferragens; 1 caixão ferragens; 1 caixote zincão; 6 latas tinta; 2 barras cobre; 1

idem bronze; 1 amarrado ferro; 16 lingotes chumbo; 500 tijolos de fogo; 1 caixote livros; 2 caixotes guaraná". E mais: junto vinha um documento com os seguintes dizeres: "Capital Federal. Secretaria do Commissariado Geral d'Armadá, em 12 de março de 1891. Ao Snr. Inspector de Alfandega de Matto Grosso. Comunico-vos que pelo Pacote "Porto Alegre" remette este Commissariado ao Comandante da Flotilha desse Estado, quarta e três caixões contendo medicamentos destinados à Enfermaria do Arsenal de Marinha de Ladário. Saude, e fraternidade, As. Carlos Frederico de Noronha".

Distraído leitor: 43 caixotes de medicamentos é muito medicamento. Veja você a atividade da enfermaria do Forte de Ladário.

E aí está um pedacinho da história do atendimento médico, pelo Exército, nestas regiões. Veja também como em um navio já chegava notícia do que seria remetido no outro. Não há pois negar: há muita história nestas páginas, aparentemente frias e formalistas, dos Manifestos. Há muito mais do que simples e sumária resenha de comércio. Desde que se pondere a natureza dos dados e se projetem no contexto histórico, com um mínimo de informação, um pouco de inteligência e até de imaginação. Aliás, pelo simples volume ou quantidade de coisas que vinham nos pacotes, pode-se imaginar como as chegadas dos navios, anunciada nos jornais locais, eram realmente os grandes acontecimentos daqueles dias longínquos de quase um século atrás. E estamos falando de um manifesto apenas.

Vejamos agora alguns dados colhidos em diversos deles. Observe as procedências. No dia 15 de maio de 1895, o Pacote Rápido trazia para Cáceres, procedentes de Liverpool: 2 cascos de ferreteria; 2 fardos de mercadorias; para Corumbá, procedentes de Gênova: 25 bordales de vinho comum, 217 litros; de Bordeus para Cuiabá: 50 caixões de vinho; 7 caixões de alcool; 1 caixão de impressos; 1 caixão de armas; do Havre para Cuiabá: 1 caixão de ferreteria; 1 caixão de drogaria; 1 caixão de mercadoria; de Londres para Cuiabá: 1 caixão e 2 cascos de ferreteria. Nesta mesma viagem o Pacote Rápido trazia: 1.000 sacos de sal; 1 caixão com 73 livros; 2 caixotes de livros impressos, com 195 quilos; 100 pedras para escrever; 1 caixote com cadernos, 25 quilos; 24 raspadores de papel com cabo de .. (não diz!). Notável esta menção de remessa de material didático e escolar, "pedras para escrever", cadernos para ensino". Vale a pena lembrar que o significado destes números só pode ser devidamente avaliado quando se leva em conta o relativamente pequeno número de habitantes na região. Tendo-se isto em vista, pondere-se o significado de uma remessa de "60 dúzias de canivetes, para Firmo de Mattos; de 480 dúzias de carretéis de linha; de 8 dúzias de estrato de cheiro (perfume!) e água para cabelo. Pondere-se o significado de remessa de 130 rolos de arame (alambre com púa) e 5 cunhetes com 275 quilos de grampos para cerca, vindos pelo Pacote Rápido em 10/6/1895. Veja-se que refinamento de importações para a mesa e o paladar, chegadas pelo Pacote Nacional Rápido, a 11 de abril de 1891: 3 barricas de champagne; 2 barricas de vinho do Porto; 7 barris de azeitonas; 5 frascos de molho inglês; 20 latas de petit pois (ervilha!); 36 latas

de leite condensado; 10 latas de salmão; 44 frascos de frutas; 16 latas de marmelada; 36 latas de apricots verts; 6 frascos de ameixas; 10 latas de ostras; 4 queijos de Holanda. Que dizer também dos 76 garrações de cerveja preta, e 58 de água mineral, vindos em 2 de novembro de 1894? Que dizer do caixão com garrafas de água Vichi; das 28 latas de lagostas; dos 18 caixões de figo curtido; dos 14 barris de azeitona? Comia-se! Mas, trabalhava-se também! Pondere-se: "3 barricas com 50 picaretas; 30 alviões de aço; 100 facões; 4 caixotes com 50 machados; 1 caixão com 50 foices; 4 caixotes com 50 pás de aço; 22 volumes de máquinas; material completo para destilaria (painelas, capelos, 18 tachos de cobre) vindos para Cabral Filho e Cia. em 1894. Muita festa: 15 caixas de fogos da China; 1 plano, 440 quilos; 1 caixão com 306 grosas de cordas de instrumento! São itens reveladores e fascinantes, colocados em seu contexto, que integram o panorama de uma vida, a um tempo, de desbravamento e de gentileza.

Estes dados, esparsos e poucos, colhidos apenas em alguns Manifestos de Bordo, provam, creio eu, a curiosidade, a variedade, a importância destes documentos. Esta importância cresce de vulto quando se considera que

Político Cuiabano na Constituinte de 33/35.

Conclusão da pagina 3

os fatos e criticar amargamente o procedimento de Getúlio, ressaltando uma das facetas de sua "habilidade"... Outros fatos iguais sucederam-se na época. Conheço - os por que frequentava, como representante do interventor Leônidas de Matos, o Palácio Guanabara e, semanalmente, tinha encontros com o ex-presidente Vargas.

MA - Gostaria que o senhor também nos falasse sobre sua vida jornalística.

AP - Minha vida jornalística começou lá pelos anos de 1912, quando ainda aluno da Escola Normal, que foi inaugurada em 1911. Tinha na sua primeira turma dezoito moças e um rapaz cursando o segundo ano. Esse rapaz era o Antônio Caetano da Silva Pontes. Nós dois fizemos um jornalzinho manuscrito. Ele o escrevia, pois tinha bonita caligrafia. Jornalzinho de cujo título não mais me lembro. Foi assim que me despertou o gosto pelas lides da imprensa. Nasceu a minha vocação para o jornalismo. Tão logo conclui o curso na Escola Normal, passei a colaborar no "O REVERBÉREO", jornal lançado pelo meu amigo Nilo Póvoas. Escrevi mais tarde no semanário "A Razão", órgão político, de combate, simpático ao Partido Liberal Mato-grossense, chefiado pelo político Pedro Celestino Correa da Costa. Durante mais de dois anos dirigiu esse jornal. Eu e Felton Muller adquirimos o semanário "A NOTICIA". Em Campo Grande, fui redator no "CORREIO DO SUL". Fundei "A CAMPANHA", jornal dedicado apenas à defesa dos interesses do povo, com plurimos de jornal literário. Juntamente com o José Macedo Correa Trindade, fundamos "O IMPARCIAL", que deixei ao ser eleito à Assembléia Constituinte. No Rio, fui redator de "O JORNAL", do Assis Chateaubriand; do "MEIO-DIA", dirigido pelo Gomes Maranhão; de "DIRETRIZES", sob a liderança do Arquimedes Lima; da "FOLHA CARIOCA", ainda sob a direção de Gomes Maranhão, e da revista "ALÔ: TUDO DE RÁDIO", especializada em assuntos radiofônicos e de arte. Já no final da minha carreira jornalísticas, escrevi para "O MATO GROSSO", órgão da família Calhão.

* O NDIHR/UFMT dispõe de interessantes depoimentos sobre os mais variados assuntos, ao alcance de pes.

O ARQUIVO DA CURIA METROPOLITANA DE CUIABÁ

Otávio Canavarros

"Sua Excellencia Reverendissima manda fazer publico, que no dia quatorze do corrente pelas dez horas da manhã na Igreja Cathedral desta Cidade celebrar-se-há a abertura das aulas de Theologia Dogmática e Moral, que sua Magestade o Imperador houve por bem crear nesta Diocese; e por isso todos os Reverendos Senhores Clerigos, e mais Pessoas, que quiserem matricular-se nas referidas aulas deverão apresentar-se ao Professor das mesmas o Reverendo Senhor Ernesto Camillo Barreto na rua Formosa casa numero quatro. Cuiabá 11 de agosto de 1854. Pe. Antônio Jose Guedes, Escrivão da Câmara Eclesiástica". (Arquivo da Cúria, II 01 AU 032)

O código de referência do Edital acima traz a notícia: o Acervo Documental da Cúria está arranjado, temos um Arquivo. O documento está lá na Caixa 032 para ser examinado pelos interessados. Trata-se de Pregão ao Clero, Nobreza e Povo comunicando a oficialização das aulas do Seminário e convidando as Pessoas à aula inaugural. O testemunho esclarece-nos ainda mais sobre a fundação do Seminário da Conceição, assunto abordado por historiadores e literatos matogrossenses, entre os quais D. Aquino Corrêa. Em conferência oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, como discurso de posse e por ocasião do IV Centenário de São Paulo, disse o Arcebispo: "A pedra fundamental do Seminário, só foi benta e lançada, a 7 de dezembro de 1858, ao passo que Dom José, desde a sua eleição a Bispo, desde a sua permanência na Corte e, principalmente, depois da sua posse definitiva na Diocese, cogitou continuamente de elevar o nível espiritual do nosso Clero, como o declara na sua Portaria de 18 de julho de 1844, pela qual criou uma cadeira de Teologia Moral, ao considerar, diz ele, "como seja grande mal na Igreja de Deus, a ignorância de seus Ministros, fatal mesmo à salvação das almas". Ainda prossegue o conferencista: "O Seminário, centro de irradiação cultural, idealizado por Dom José, começara assim, muito antes da respectiva sede, isto é, em 1844, com caráter particular, e em 1854 (Decreto nº 1.149 do Governo Imperial de 13.04.1853), com caráter oficial, funcionando, a princípio, na própria residência episcopal, e, em seguida, nas sacristias da capela do Bom Despacho". (D. F. de Aquino Corrêa - Dom José Antônio dos Reis, Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 1954, pp. 66/67).

Reparemos duas coisas, nessa fala de D. Aquino. Primeira, desde a eleição de D. José (27.08.1831) este estaria preocupado com a formação do clero. Segunda, com a Portaria de julho de 1844, fica criada, formalmente, a aula de Teologia Moral. É um marco que faz recuar em dez anos a fundação do Seminário. No entanto, pode ainda não ser a data real da Instituição, do Primeiro Estabelecimento de Ensino Médio em Mato Grosso. Sigamos uma pista. Há um rascunho de Relatório sobre o Seminário de Cuiabá, escrito com a letra de D. Carlos Luis d'Amour (Bispo de Cuiabá, 1876/1921), apócrifo, com a data pro-

vável de 1919, que diz o seguinte: "O Seminário de Cuiabá, fundado pelo seu primeiro Bispo, nosso predecessor D. José Antônio dos Reis, existe desde 1836, funcionando num prédio qualquer e vegetando até o anno de 1858, em que, por decreto nº 2.245 do governo imperial conseguiu a subvenção que então prestara o Thesouro Nacional aos estabelecimentos dessa ordem com o ônus de serem os professores e compendios aprovados pelo Governo". (Arquivo da Cúria, III 26 AR 042).

Caso haja comprovação documental dessa data de 1836 o Seminário N. S. da Conceição estaria fazendo 150 anos e os serviços do nosso Primeiro Estabelecimento seriam bem anteriores ao que supúnhamos. D. Frei Joze Maria de Macerata, em carta datada de 01 de junho de 1824, ao chegar a Cuiabá, faz referência expressa a um projeto seu nesse sentido, isto é, de fundar o Seminário de Cuiabá. No entanto, em 1836 ele se encontrava em Diamantino, em auto-exílio, depois da sua demissão do Governo Diocesano, em 1831, pelo Ministro da Justiça e Assuntos Eclesiásticos, Pe. Diogo Feijó, por motivo de nacionalidade italiana, ainda que se encontrasse no Brasil desde antes da Independência. O Pe. Pedro Cometti prepara-nos, atualmente, a sua biografia, o que nos esclarecerá a respeito.

Enfim, pesquisar é preciso, principalmente se se pensa em futuros cursos locais de pós-graduação. O fato de contarmos, hoje, com um arquivo organizado, como o da Arquidiocese, prepara a infra-estrutura de Documentação. Esse arquivo tem cadastrados todos os itens documentários (caixas e códices). Está dividido em cinco grandes Coleções, quatro das quais orgânicas (Juízo Eclesiástico, Ordinários, Jurisdições Episcopais e Juízo de Paz), integradas por mais de cinquenta fundos, compostos por uma centena de séries. Ao todo são cento e sessenta caixas e trezentos livros de registros. Ça ira!!

OS MANIFESTOS DE BORDO: ACERVO PRECIOSO

CONCLUSÃO DA PAGINA 7

os Manifestos, guardados nos arquivos do NDIHR, na UFMT, cobrem nada menos que três décadas de navegação fluvial. Trinta anos! Na verdade um longo e significativo período de história nacional e regional. Tenho certeza que os Manifestos terão seus estudiosos e seus entusiasmas que saberão estabelecer o elo de ligação cultural, social, política, econômica, demográfica e comercial que fará com que estas informações associadas a outras, contem uma história completa e variadíssima. A história de tudo o que havia no princípio e no fim, às margens e no percurso, deste ainda misterioso e lendário "caminho das águas". Tudo isto será possível levando-se em conta os sábios planos da direção do NDIHR. Informou-me o Prof. Dr. Alfredo da Mota Menezes que proximamente se procederá à completa classificação dos Manifestos; posteriormente a sua microfilmagem e, por fim, a sua computadorização. Não resta senão formular votos por que estes planos se realizem e que assim os estudiosos tenham à sua disposição, para fácil manejo, este riquíssimo repertório de informações.

HISTÓRIA MATO-GROSSENSE EM TODAS AS ESCOLAS

Pedro Rocha Jucá

No segundo semestre de 1984, o professor perguntou em sala de aula: "Quem foi Dom Aquino Corrêa?". Estava no auge a oficialização do Hino de Mato Grosso, com letra do ex-arcebispo, do ex-governante, do grande tribuno e de uma das maiores expressões da cultura mato-grossense. Ninguém respondia e o silêncio reinava. Um aluno, mais corajoso, e diante da insistência do professor em continuar fazendo a pergunta, arriscou a indagar se Dom Aquino Corrêa não era o autor de um hino que estavam tocando muito naquele mês. Pelo que o citado aluno deu a entender, tratava-se, realmente, do Hino de Mato Grosso, então oficializado e mais divulgado, que acabava de receber um ritmo mais marcial. Até aí tudo bem, mas este aluno mais "sabido" errou; o autor da música do Hino de Mato Grosso é o maestro Emílio Heeine. Dois anos depois, uma nova pergunta do mesmo professor: "Quem foi Barão de Melgaço?". Novamente o silêncio reinou na sala de aula. Desta feita, não houve um aluno "mais sabido". O professor, olhando para todos os presentes, continuou com a pergunta. O silêncio prosseguia. Estava decepcionado e ficou mais decepcionado ainda quando um aluno lembrou que existia um Barão em Cuiabá que era vereador. Na verdade, existe na atual Câmara Municipal de Cuiabá, neste ano de 1986, um vereador que é mais conhecido por Barão. É o médico Luiz Viegas.

Nas duas oportunidades, o professor discorreu sobre as personalidades cuiabanas desconhecidas por aqueles jovens, destacando os méritos de cada um deles e até contando passagens históricas. Era fácil identificar o desinteresse. Não era necessário ter grande experiência em manéjo de classe para qualquer pessoa sentir que estava falando para quem não se interessava sobre o assunto. Nesta segunda vez, para confirmar uma suposição que teve, o professor verificou qual a origem daqueles jovens. Cuiabanos de nascimento, não importando se eram de famílias recentemente chegadas a Cuiabá, menos da metade, e assim mesmo acrescentando uma aluna que nasceu em Chapada dos Guimarães, mas que desde pequena morava em Cuiabá. Cerca de 60% dos presentes naquela sala de aula procediam de várias regiões do Brasil. Ainda não eram "mato-grossenses", ainda não eram "cuiabanos" de coração. Em breve, eles conhecerão melhor Mato Grosso e Cuiabá. Então, eles se sentirão fixados a esta bendita terra.

Em "Relação das Povoações do Cuiabá e Mato Grosso, de seus Princípios Thê os Prezentes Tempos", o primeiro historiador cuiabano Joseph Barboza de Sã afirmou: "Divulgada a notícia pelos povoados (referia-se à notícia da descoberta de imensa quantidade de ouro em Cuiabá) foi tal o movimento que causou nos animos que das Minas Gerais, Rio de Janeiro e de toda a Capitania de São Paulo se abalaram muitas gentes deixando casas, fazendas, mulheres e filhos, botando-se para estes sertões como se fôra a terra da promessa ou o Paraíso encoberto em que Deus pôs nossos primeiros pais". Mais adiante, o mesmo Joseph Barboza de Sã acrescentou: "A terra de permanentes minas de ouro é de tal idonea para a produção de todos os frutos que se lhe plantam e criações de gados de toda a qualidade, o clima bastantemente cálido e

depois que se foi cultivando o mais saudável que em todo o mundo pode haver tão favorável que de algumas poucas vacas que se trouxeram no ano de 1739 em menos de dez anos se viu tanta multiplicação de gado vacum que cobriu os campos e cerrados, chegando as novilhas a parir de ano e meio e a este respeito todas as mais criações". Mato Grosso, e isto não é segredo para quem quer que seja, é a Terra da Promissão antevista por Joseph Barboza de Sã, um português que morreu em Cuiabá no dia 30 de maio de 1776, depois de amar muito a esta terra, ainda em fase de implantação, imortalizando-se como "o cronista da nossa História primitiva, o narrador fiel e minucioso dos fatos iniciais da nossa vida político-administrativa, aquele a quem nós outros, mato-grossenses, bem como os gregos a Herótodo, poderíamos cognominar o pai da nossa História", no dizer do grande historiador cuiabano José de Mesquita.

Muitos outros seguiram o exemplo de Joseph Barboza de Sã no seu amor a Cuiabá. Vale lembrar, contudo, que nem todos agem assim. Muitos chegam a Mato Grosso apenas por algum tempo. Outros, trazem as suas tradições e costumes e dificilmente se separam deles. Este desequilíbrio faz lembrar o "Directorio, que se deve Observar nas Povoações dos Indios do Pará e do Maranhão", dentro dos objetivos administrativos do Marquês de Pombal, quanto ao ensino do Português: "Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos Dominios, introduzir logo nos Povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que está é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência que no mesmo passo que se introduz nelles o uso da Lingua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o affecto, a veneração e a obediência ao mesmo Príncipe".

A experiência do Marquês de Pombal é válida até hoje. Como os mato-grossenses de nascimento vão impor a sua cultura, as suas tradições e os seus costumes se não transmitem aos que chegam as maravilhosas páginas da sua rica e exemplar História? Mato Grosso vive hoje um período de transformação, com a forte influência das correntes migratórias, que trazem novos valores culturais. Enquanto os valores tradicionais mato-grossenses são esquecidos ou desprestigiados, gaúchos, paranaenses, paulistas, catarinenses, goianos, mineiros, cariocas e nordestinos em geral chegam e são tão bem recebidos que aqui ficam para sempre. Como aumentam numericamente de dia para dia, eles trazem novos e crescentes valores, bem aceitos, mas que jamais poderão superar os da terra.

Há poucos dias, um médico cuiabano que sempre vai à Alta Floresta, contava o seguinte. Ao clinicar naquela progressista cidade do Norte mato-grossense, e ao dizer que era cuiabano, o seu cliente foi contundente: - "Dr., eu também conheço outro cuiabano aqui em Alta Floresta", sem esconder a sua surpresa, e como se tratasse de uma grande novidade. A História de Mato Grosso e a História de Cuiabá devem ser ensinadas nas escolas tanto da Capital como do interior do Estado. É uma questão de sobrevivência cultural.

NDIHR

UMA "WALL STREET" CABOCLA

Octayde Jorge da Silva

O Casarão ainda está lá. Por uma dessas voltas do destino, acabei morando na mesma rua, em que ficava (e que fica) o Casarão, que a fantasia do menino criou e construiu para as horas de reflexão e de memória do velho. A criança sempre tem uma visão exagerada das coisas. As casas, os animais, as pessoas, os seus pertences de infância, a criança os transporta para o futuro, em dimensões enormes. Lembro-me de que morava na rua de Cima, bem perto ao Jardim, a menos de cem metros. Estava no Casarão, de segunda a sábado. E antes das uma da tarde, já partia para o Curso, com a recomendação matutina:

"Vá sempre pela rua de Cima. Quando chegar no beco da D. Janoca, vire e pegue a rua do Campo. Na volta, venha pelo mesmo caminho, porque a rua do Campo é meio de certa. O movimento lá é um pouco parado! ...".

Era assim que eu atingia o CURSO DE ADMISSÃO de "seo" ISAAC. Lá, eu me preparava para entrar no LYCEU CUYABANO. "Seo" ISAAC era uma figura austera. De cumprimentar os transeuntes e os que estavam espiando nas janelas, apenas com um toque de dois dedos no chapéu. Ho mem sem chapéu, não estava completamente vestido. E, se a pessoa cumprimentada era mais chegada, o professor ISAAC emitia um pigarro, como se fosse o Bom dia! ... Mas, voltando um pouco ao passado, não entendo porque aquela preocupação materna, em fazer com que eu evitasse a rua do Campo, no percurso em direção ao Curso de Admissão do "Seo Isaac". Sem dúvida, nas primeiras quadras, havia mais muros de quintais das casas da rua de Cima do que casas de residência. Especialmente, do lado direito de quem vai em direção ao Casarão. Que me recordo, onde está o Banco do Brasil, havia uma grande casa velha; depois, outra, onde morava o futuro herói da FEB, Capitão BUENO. Na esquina, onde fica o Banco América do Sul, a família PASSARINHO. Seria nome ou apelido? Na mesma quadra, o bonito prédio, que fora "sede da Hípica" e residência de Presidente do Estado. Pois ali morou DOM AQUINO, que fez na parede da casa, um nicho, para guardar a Nossa Senhora de sua devoção. Do quintal da minha casa, via-se o alto-relevo na parede. Do lado do meu quintal, perto das goiabeiras, estava o altar.

O progresso derrubou tudo isso. Da passagem dos LIMA AVELINO, já não há nem sombra. Os jardins bem cuidados da D. ALICE se foram. O Nacional e o Finasa tomaram conta de tudo, assim como o Comind fez com que acabasse mais de meio século de tradição dos BATINGA. Uma enorme mansão de esquina, que LENIRA cuidava com dedicação e zelo, deixando o corredor da entrada, com o mosaico brilhando, de tanto pano molhado, paredes lavadas, janelas e portas recebendo, a toda hora, as côcegas do espanador. O Comind venceu Lenira, mas, em reconhecimento a tantos anos, suados, de dedicação pela casa que o Banco derrubou, plantou um jardim, em frente.

E tinha mais gente, nesse trecho: os PEREIRA LEITE que ainda lá estão. LEONIDAS MENDES e sua família. Do outro lado, o sobradinho do ARMINDO DE MATOS, que deu lugar ao Bamerindus, a residência do TIDICO, militar que lecionava Matemática, da ex 4ª Rodoviária, a célula mártir da CER/5. O pessoal de EMÍLIO CALHÁU, editor de nomeada, dono de uma gráfica e de um jornal, o pesso-

al do BOTU, a família do historiador ESTEVÃO DE MENDONÇA, cujo filho RUBENS resistiu tanto quanto pôde. Até que veio outro Banco e rachou-lhe toda casa. O Rubens morreu, deixou órfã muita gente. Inclusive a casa, pois D. Ivone, com medo que as paredes lhe caíssem na cabeça, tantas fendas havia nelas, mudou-se prás bandas do Coxipó. No lugar do JOÃO ALFREDO, está o enorme prédio, que leva o nome do casal. Mais longe, os FREITAS, com seu presépio inesquecível, o "Seo" CELESTINO amarrando o cavalo, junto ao poste da esquina onde morava, o solar do NHONHO DE MANDUCA, aquele povarêu de gente, despendendo pelas janelas, numa alegria intensa, nunca vista. Tantas moças, normalistas, estudando junto, vozes e risos, à ufa. Festa diária. E D. CODÓ, alta estirpe, cega, atravessando a casa e dirigindo os trabalhos, pelo tato, pelo cheiro, pelos hábitos. E no fim, o Casarão! ... Depois dele, a pirambeira.

Hoje, o Casarão fica na Barão de Melgaço, porque, na rua do Campo, na segunda metade do século passado, morou também o Almirante AUGUSTO LEVERGER. O Casarão está cada vez menor ... já não tem as duas mesas grandes, separadas, cada uma com dois enormes bancos laterais, onde se sentavam os alunos e "Seo" ISAAC, à cabeceira. Junto dele, a palmatória. No fundo, junto à pedra, LÉLIA, sua filha, professora de Matemática, bamba nas reduções do sistema métrico e nos carroções com frações ordinárias. Engraçada a irreverência do cuiabano: Mesures da maior envergadura, como ISAAC e NILO PÓVOAS, que manipulavam com domínio e familiaridade a gramática portuguesa e as páginas belas da Antologia Nacional, o cuiabano os chamava de Seo Isaac e Seo Nilo. O mestre, a que tinham direito, por mérito, acima de tudo, não lhe deram, à época em que deviam receber tal insígnia. Mas ... voltemos ao Casarão. No recreio, D. BITA vendia queimadas, bolotas de rapaduras, enroladas em papel de seda, de várias cores. E a palmatória cantava, misturando medo com respeito. Enquanto isso, D. MARIANA permanecia alheia a tudo isso e D. NENÊ, atarefada, preocupada, com um jeito e um ar de quem está pedindo desculpas, por estar atrasada e ainda não ter feito o que devia. E a palmatória cantava, misturando castigo com saber, passado com futuro. Sim, porque, não fosse ela, quanta gente hoje não seria gente! ...

Mas, tudo isso passou. O Casarão lá está, pequenino, sem grandeza, sem que ninguém lhe olhe e lhe descubra a majestade de um passado, que foi gerador de um futuro. Quem ainda se lembrará de "o quanto" o Casarão influenciou nos destinos dos homens de hoje? Quantos? Por onde andarão os que lá habitaram, os que lá fizeram toda uma história, da qual participei, e outros muitos, como ator e platéia, ao mesmo tempo. Mestre Isaac ... há tanto tempo se foi ... Cuiabá sentiu-lhe a falta. Deve-lhe muito. E Lélia ... ensinou a tanta gente! ... Admirada pela competência ... respeitada pelo rigor, critério, responsabilidade, Lélia - figura miúda e tão distante, foi-se embora ... e ficou tão grande e mais perto ...

O Casarão passou ... mesmo que esteja lá, ainda hoje. Sem força, sem magnetismo, sem potência, sem misticismo. Já nem parece o que foi! ... Os que lá estiveram ... aos poucos, já se foram. Primeiro, para mais perto. Depois, para mais longe. E muitos, para nunca mais voltarem! ... Também pudera ... a romântica e aco-

NOTAS PARA UMA HISTÓRIA DO ESPAÇO URBANO DE CUIABÁ

Carlos Rosa

Este artigo resulta de algumas anotações que tenho feito nos últimos anos, sobre o engendramento do espaço urbano de Cuiabá. Ao transformar essas anotações em texto corrido, porém, percebi que sua extensão ultrapassaria os limites postos por este Suplemento. Por isso segmentei o texto em partes. Nesta primeira trato basicamente dos trinta anos iniciais do aglomerado Cuiabá. Última observação: a proposta "não acadêmica" do Suplemento levou-me a eliminar, também, a referência às fontes, no corpo do texto. Como porém a sustentação empírica é importante neste trabalho, acrescentarei uma parte ao final, a título de apêndice, onde tratarei, também sob a forma de texto corrido, das fontes utilizadas.

"Caos e Ordem"

É hoje bastante arraigada uma tendência a afirmar que o espaço urbano de Cuiabá nasceu de um "caos original", de uma "espontaneidade" que, em última análise, significa submissão total às imposições do "espaço físico" do sítio, de sua topografia, — bem como ausência total de qualquer tipo de "concepção urbanística". Essa tendência por vezes aceita mecanicamente o modelo explicativo que afirma uma "vocalização urbana" implícita na mineração, absolutizando com isso um determinismo agora "econômico", o que reconduz a espacialização do aglomerado ao "caos original" — a racionalidade ficando circunscrita à produção do ouro e ao seu controle. Parece-me necessário reconhecer que a "espontaneidade" correpondeu, em contraponto simultâneo, uma intencionalidade ordenadora, tanto "oficial" como "não oficial", tanto "científica" quanto "ideológica", que procurou desde o início conformar a espacialização do aglomerado.

Existem registros de determinações oficiais sobre a "urbanização" das "Minas Novas do Cuiabá", datadas de apenas oito meses após a descoberta das Lavras do Sutil:

"(...) se faça uma povoação grande ... no melhor sítio onde haja água e lenha (...)

"E como há certeza de que nas ditas Minas há telha e barro capaz para ela, deve animar e persuadir aos Mineiros e mais pessoas que fizerem as suas casas as façam logo de telha, porque além de serem mais graves, são também mais limpas e têm melhor duração (...)"

Tais determinações, ainda que não postas totalmente em prática, ainda que exequíveis apenas para os "Mineiros" apatacados e alguns poucos comerciantes ou sertanistas, revelam a presença de diretrizes tendentes ao estabelecimento de uma "ordem urbana". É possível que aplicação desse tipo de determinação, ainda que em termos restritos, tenha sido responsável pela consolidação do Arraial, impedindo que com o esgotamento das Lavras do Sutil a "povoação" fosse simplesmente abandonada. Por outro lado, essas determinações evocam, para os equipamentos (casas) a serem construídos, a tríade renascentista: Firmatas ("melhor duração"), Commoditas (mais limpas), Venustas ("mais graves"). Ratificação ainda que tosca de modelos seculares, típico exemplo de memória letuada, essa ação oficial relativa à concepção da "povoação" dava-se no mesmo momento (1723) em que a ordem escriturária substituiu a oralidade de Pascoal Moreira Cabral por processos, escrituras, meirinhos: escrituração do social e do seu espaço.

Poucos anos depois, em 1727, a elevação do Arraial à categoria de Vila Real e a constituição definitiva do Senado da Câmara, tornaram ainda mais nítida a intencionalidade ordenadora: reproduziu-se toda uma legislação municipal sobre o Aforamento dos "cháos" da Vila, regulamentou-se a autorização para novas construções, instituiu-se o "Arruamento" como norma. Esse "desenho" feito com palavras, ao qual deveria adequar-se o aglomerado, foi reafirmado em 1731:

"(...) nenhuma pessoa (...) fará casa sem pedir licença à Câmara, que lha dá

rá mandando o primeiro Arruador, que deve haver de marcar lugar para as edificar em rua direita e continuada das que estão principiadas, em forma que todas vão direitas por corda, não consentindo os Oficiais da Câmara se façam daqui por diante casas separadas e desviadas para os Matos como se acham algumas, por que além de fazerem a Vila disforme, ficam nelas os moradores mais expostos a insultos (...)"

De 1723 a 1727-31, portanto, a intencionalidade ordenadora oficial transbordou dos equipamentos para o espaço total da Vila, procurando impor um traçado retilíneo, feito de casas contíguas, para evitar o "disforme" e os "insultos": a preocupação com a segurança não elimina a evocação da beleza. No restante do período, até os anos 1750, esse tipo de iniciativa oficial será periodicamente reafirmado, com o que garantiu-se, ao menos, uma feição de "xadrez informal" ao aglomerado. Ao lado dessas "determinações oficiais", outras iniciativas ocorreram, desde o início, visando impor um "sentido" ao espaço ocidental às Lavras do Sutil.

A Matriz, "Umbigo do Mundo"

As crônicas registram a construção, em 1722, de uma igreja feita de pau a pique e coberta de palha, dedicada ao Senhor Bom Jesus. O momento, portanto, do início da mineração nas lavras às margens do Córrego (Prainha), coincidiu com a edificação da depois-Matriz, marco do Arraial que se esboçava. Mas se o tempo foi o mesmo, o espaço foi diferenciado. Enquanto que as lavras estendiam-se pelas fraldas dos morros orientais ao Córrego, a igreja foi locada na margem ocidental, distanciando-se. Assim, no momento mesmo do "início", manifestou-se uma bipolarização espacializada: a igreja do Senhor Bom Jesus instaurou um contraponto com o espaço da produção/lavras. Certamente que nessa bipolarização estavam implicadas as imposições da topografia: os obstáculos dos morros orientais, a maior suavidade do patamar ocidental. Dadas essas imposições, plantou-se a igreja em ponto privilegiado, francamente favorável à sua visualização e relativamente equidistante às "linhas de água" constituídas pelo Córrego e seus principais afluentes ocidentais. Podem ter pesado também razões de segurança, dado ser o patamar ocidental sobranceiro ao capão junto ao Córrego, beneficiado ainda, como já ficou dito, pela visibilidade maior que lhe franqueava a rala vegetação de cerrado. Mas a esse "sentido estratégico" com que recobriu-se a "primeira natureza", sobrepôs-se outro, menos unívoco.

Como foi visto, tomou-se por orago da igreja não um Santo ou Santa, mas o Senhor, orago supremo. A conotação "inferior", que poderia ser identificada no tipo de sistema construtivo da igreja (pau a pique, coberta em palha), ficava submetida pela conotação "superior", que a invocação ao Senhor lhe atribuía. Ao mesmo tempo, também em 1722, nas proximidades das lavras, a Nordeste, foi erguida uma "capelinha" a São Benedito, o Santo Negro — que, embora depois tenha desmoronado, "e não se levantou mais", certamente marcou o espaço do aglomerado naqueles anos iniciais. Repetia-se assim, nesse "espaço simbólico", a bipolarização lavras-igreja, agora pontuada por entes tutelares, o que introduzia no eixo espacial assim delineado toda uma gama de conotações correlatas com a diversidade da base social. As "imposições topográficas" passavam a conotar estratificação social, hierarquia simbólica: o "alto" e o "baixo" ganham novos sentidos; em cima o Senhor, em baixo, quem se ao nível do Córrego, o Santo Negro. Essa diferenciação será mantida historicamente, inclusive nas "Ruas Direitas" de Cima e de Baixo, ocupadas de modo socialmente diferenciado. Pouco tempo depois foi erguida uma capela a Nossa Senhora, sob a invocação lusitana "do Bom Despacho", plantada no morro a Sudeste, já referida em documento de 1726.

Acrescentando esse terceiro elemento ao "espaço simbólico", delineou-se um triângulo, cuja base oriental ficava balizada ao Norte, no baixo, pelo trabalho (São

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE



Benedito) e ao Sul, no alto do morro, pela mediação (N. Sra. do Bom Despacho); - e cujo vértice ocidental, no patamar superior, era consagrado à divinização humana (o Senhor Bom Jesus). Como esse "espaço simbólico" triangular praticamente configurava o aglomerado, pode-se afirmar que a igreja do Senhor Bom Jesus instituiu um "nó", onde coamogonia e teogonia cruzavam-se, amarrando-se num "Umbigo do Mundo", num "centro" do nascente Arraial. O imaginário social impunha-se assim, "não-oficialmente" sobre o "espaço físico", rearticulando-o, atribuindo-lhe uma diversidade de sentidos, que nasciam da e certamente atuavam sobre a diversidade dos conquistadores/mineradores. A tessitura, a especialização do aglomerado manifestava, desde seus momentos iniciais, o entrecruzamento de intencionalidades várias, plurais, muito ativas.

O Espaço de Representação do Poder

Assumida a igreja do Senhor Bom Jesus como o "centro simbólico" do aglomerado, torna-se clara a atração que esse ponto privilegiado passou a exercer sobre os signos de poder. Coincidiam para ali, reforçando essa atração, "normas" seculares de concepção urbanística, legisladas mesmo, que estimulavam a contiguidade igreja principal / edifícios do poder secular. E a igreja do Senhor Bom Jesus era, como foi visto, a igreja. Na área frontal à igreja foi construída em 1724 a primeira Cadeia do Arraial, feita de pau a pique, exatamente onde, dez anos depois, erguer-se-ia a Residência dos Ouvidores, depois dos Juizes de Fora, na esquina em que hoje está a agência central dos Correios. A primeira manifestação edificada, o primeiro edifício-símbolo do poder secular deu-se, portanto, bem próxima à igreja, distinguindo-se do espaço da produção e de quaisquer outros. Com a notícia da vinda ao Cuiabá do Governador e Capitão General Rodrigo César de Menezes, teve início em 1725 a construção de uma casa para servir-lhe de "apostentadoria". É desse momento o primeiro recibo conhecido de construtor:

"Recebi do Tenente João Antunes Maciel citocentas oitavas de ouro à conta de duas mil oitavas de ouro que ele dito está obrigado a satisfazer-me pela obra que me obriguei a fazer na casa para o Exmº Senhor General, hoje dezoito de junho de mil setecentos e vinte cinco anos, Minas do Cuiabá Matheus Rodrigues do Prado".

O financiamento da obra, embora administrado por Antunes Maciel, resultou de contribuições de "pessoas principais", o que carrega ainda mais de significado sua edificação. Essa casa, destinada à residência de um Capitão General, de um Governador, não poderia ser como outras, "indignas casas", feitas de pau a pique, "baixas e de palha". Sua função, sediar a personificação maior do poder secular, exigia uma edificação mais sólida, de maior volume e qualidade, uma ênfase no edifício-símbolo, que afirmasse o mais ostensivamente possível a substância do poder que abrigaria e que representaria: documentos de 1727 chamavam-lhe "Palácio". Construiu-se então uma casa com paredes em "taipa de pilão" e cobertura em telhas, com o requinte de possuir aposentos forrados. E o local escolhido para sua edificação foi "perto da Matriz". Embora não me seja possível, por ora, identificar exatamente o ponto em que foi plantada a casa para Rodrigo César, parece-me que a expressão "perto da Matriz" pode ser assumida como unívoca. Particularmente se lembrarmos a bipolarização lavras-igreja (Matriz), que certamente imporia uma referência às lavras ou ao Córrego, no caso da casa ser em suas proximidades. Também a "forma triangular", que fazia pulsar o Arraial, limitava extensões Norte-Sul do conceito "perto". Por fim, como a documentação que refere a localização da casa é posterior, já de 1741, certamente utilizaria qualquer outro referencial para apontar o local da casa, se esta não estivesse realmente "perto da Matriz". Desse modo, quando os documentos registram que em 19 de janeiro de 1727, na solenidade de elevação do Arraial à categoria de Vila, ergueu-se o Pelourinho "na praça desta Vila", torna-se difícil não concluir que tal "praça" só poderia ser o quadrilátero frontal à igreja do Senhor Bom

Jesus. Isso fica claro em planta de Cuiabá de cerca de 1811, em que o Pelourinho é nitidamente indicado dentro daquele quadrilátero. E como não há notícia de ter sido ele deslocado de qualquer outro ponto para ali, no decorrer desses 84 anos (o que certamente mereceria registro nas crônicas), fica evidenciado que antes de 1727 o espaço contíguo à igreja consolidara-se como referencial, ao ponto de ter essa condição "oficializada" no ato de criação da Vila. É desse momento, também, a denominação Matriz, dada à igreja do Senhor Bom Jesus.

Plantado ali o Pelourinho, após alguns anos fixaram-se também ali os "Paços do Conselho", edifício sedeador do Senado da Câmara. É certo que os cronistas referem ter Rodrigo César "tomado Casas para Senado da Câmara" em 1727, fora do quadrilátero da Matriz. Mas isso há que ser entendido como situação provisória, incidental mesmo. Pois o Capitão General "tomou", não fez construir nem comprou. E a expressão "tomar Casas" ocorre com frequência nos documentos da época, conotando sempre uma ocupação temporária, sem pagamento de aluguel: ato de força, mas não expropriatório, nem definitivo. Além disso, entre 1727 e 1731, as sessões do Senado da Câmara aconteceram de forma quase peripatética, ora em as Casas do Dr. Ouvidor Geral, por não haver Paços do Conselho, ora na própria Matriz, "por não haver Casas da Câmara". A partir dos anos 1730, porém, teve início a edificação da Casa-da-Câmara-e-Cadeia, ou "Paços do Conselho", assobradada, com a Cadeia no térreo e o Senado no pavimento superior. No mesmo tempo deu-se a construção da Casa do Ouvidor, no exato local da primitiva Cadeia, como já ficou indicado. O local da Casa-da-Câmara-e-Cadeia é claramente indicado nos documentos: o extremo oriental do quadrilátero da Matriz. Provido com tais edificações, construídas para serem permanentes (mesmo a Matriz foi, em 1739-40, reconstruída em "taipa socada" e coberta com telhas), o quadrilátero da Matriz consolidou-se como espaço referencial definitivo. Era esse quadrilátero, por excelência, um "espaço de representação do poder". Ali estavam reunidos os signos de poder fundamentais na Vila: a Matriz, "porta para o Divino"; o Pelourinho e os Paços do Conselho, expressões do Poder Municipal; a Casa do Ouvidor, presença terminal do Poder Metropolitano. E a Cadeia, também ali, expunha à execração pública exemplos punidos de desrespeito aos poderes referidos por aqueles signos.

Esse "espaço de representação do poder" passou a articular-se, a partir dos anos 1730-40, com tensões novas, no sentido Norte-Sul, que lentamente acabariam impondo um ultrapassamento do "triângulo" originário. Ao Sul, a relativa intensificação do movimento do Porto Geral, com o amudamento das Monções, das expedições "contra o gentio", dos "comboios" para as lavras do "Mato Grosso dos Parecis", dos agricultores e pescadores de rio abaixo/rio acima, - encarregou-se de constituir o "Caminho para o Porto Geral" em eixo fundamental, que aos poucos foi atraindo moradores para os limites do Córrego Cruz das Almas, intensificando a ocupação da "Rua da Matriz" (Antônio Maria) e daquela segmento depois chamado "Rua Bela do Juiz" (hoje 13 de junho, trecho Praça da República/Av. Isaac Póvoas). Ao Norte, com a abertura do Caminho de Goiás (1737), o "Sítio da Mandioca" começou a constituir-se na "porta Norte" da Vila, reforçando-se com isso o uso e a ocupação das "Ruas Direitas" de Cima (hoje Pedro Celestino) e de Baixo (Galdino Fimentel). As tensões Norte-Sul, porém, não desarticularam o adensamento triangular inicial de modo abrupto. Ainda em fins dos anos 1740 e inícios dos anos 1750 esse adensamento mantinha seus polos básicos. A "capelinha" de São Benedito desmoronou, mas próximo a seu local passou a existir um Oratório de rua, de Nossa Senhora do Rosário, ponto em que, em 1746, eram afixados editais de interesse para todas as camadas da população, por ser o "lugar mais público desta Vila". E nos primeiros anos 1750 esse Oratório deve ter sido substituído pela Capela de N. Sra. do Rosário, edificada onde hoje está, um pouco mais a Nordeste. A Capela de N. Sra. do Bom Despacho, por sua vez, foi referencial para a ocupação da área do Mundéu. E o quadrilátero da Matriz, como ficou dito, consolidara-se em definitivo. Esta situação embora implicando todo um dinamismo interno, permaneceu até boa parte da segunda metade do século, quando novas alterações ocorreram. Mas isso é já matéria da segunda parte deste artigo.

NOTÍCIAS SOBRE MATO GROSSO EM UM JORNAL PORTUGUÊS DO SÉCULO XVIII

Num. 1

Carlos Francisco Moura

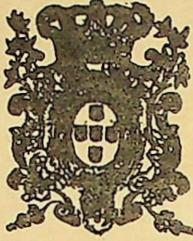
GAZETA

D E

L I S B O A.

Com Privilégio

de S. Magestade.



Terça feira 2 de Janeiro de 1748.

RUSSIA.

Petrisburgo 3 de Novembro.



RECEBEU a Corte novos avisos do Reino da *Persia*, mandados pelo Príncipe de *Goluczin*, Embaixador da Imperatriz, e pelo seu Residente, que se achava em *Gbilan*, para onde se havia retirado no tempo da subleção de *Hispahan*; e todos concordam, em que morto *Tamas-Kouli Khan*, achando-se Comandante supremo de todas as tuas tropas *Ali Kouli-Khan* seu irmão, e teza este declarar Rey, que he, o que significa a palavra *Schach* na lingua Persiana; e tomou o nome de *Adil-Schach*, que he o mesmo.

O Braço Real Português sempre está estampado na primeira página da "GAZETA DE LISBOA".

Tal como em outros países da Europa, em Portugal os jornais foram precedidos por folhas volantes publicadas a propósito de algum acontecimento de interesse nacional ou internacional. Eram geralmente chamadas Relações porque relatavam o fato, e já eram publicadas no século XVI. No final desse século foram impressas Relações de Novas Gerais, Relações de Novas Avulsas, etc. Faltava entretanto a esses impressos uma das principais características dos jornais - a periodicidade. Essa só surgiu com as chamadas Gazetas da Restauração, cujas principais notícias eram sobre a Guerra da Restauração, de Portugal contra a Espanha. A primeira delas é tida como a inauguradora do jornalismo propriamente dito em Portugal, e se denominava Gazeta em Que Se Relatam as Novas Todas Que Houve nesta Corte e Que Vieram de Várias partes no mês de Novembro de 1641. Surgiu depois o Mercúrio Português, publicado de 1663 a 1667. Esses jornais eram mensais mas podiam ter números extras quando ocorria um fato de grande interesse.

Apareceram depois em Portugal outros jornais de curta duração e, finalmente, em 1715, começou a ser publicada a Gazeta de Lisboa, o primeiro jornal semanário português. Seu redator foi, por mais de quarenta anos, José Freire de Monterroio Mascarenhas, que tinha privilégio real para a publicação. Quando Monterroio faleceu, o privilégio foi concedido aos oficiais da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1760), e o redator principal escolhido foi o poeta Antônio Correia Garção. Entretanto, pouco depois, com a edição de 08.06.1792, a publicação da Gazeta de Lisboa foi interrompida por ordem do Marquês de Pombal, e não voltou a sair durante o reinado de D. José I. Em 1778 a Gazeta voltou a ser publicada. Em 1820 passou a chamar-se Diário da República, e depois Diário do Governo. Em 1823 voltou a chamar-se Gazeta de Lisboa, em 1834 Gazeta Constitucional e em 1835 novamente Diário do Governo.

Um jornal do século XVIII, como se pode imaginar, era bem diferente dos jornais de hoje. De formato pequeno (14x9), a Gazeta de Lisboa não tinha ilustrações - só uma vinheta no título, que variou ao longo do tempo, e uma capitular no início da primeira notícia da primei-

ra página. Também não tinha manchete. Geralmente só o nome da cidade de onde provinha a notícia, e a seguir a data. Pouquíssimas notícias traziam título (1). A Gazeta de Lisboa era um jornal semi-oficial e as principais matérias que publicava eram as seguintes: notícias de guerras e batalhas, notícias políticas e diplomáticas, decretos do Governo, nomeações e promoções de funcionários civis e militares, notícias religiosas, chegadas e partidas de navios, etc. Alguns anúncios apareciam de vez em quando.

Como não convinha ao Governo despertar a atenção de outros países para as regiões brasileiras possuidoras de riquezas minerais, não são muitas as notícias referentes a Mato Grosso, predominando as de nomeação de funcionários, com destaque para as dos Governadores e Capitães Gerais (2). Constituem curiosidade as notícias da nomeação de autoridades e funcionários que não chegaram a tomar posse na Capitania, entre os mais famosos, João Pereira Caldas e o Bispo de Zoara, e outros de menos nomeada. A suspensão da publicação da Gazeta de Lisboa no período 1762-78 privou-nos de notícias de interesse sobre Mato Grosso, pois foi época importante na história da Capitania (final do governo de Rolim de Moura, governos de João Pedro da Câmara, de Luís Pinto de Sousa Coutinho e parte do de Luís de Albuquerque). Dificuldades de pesquisa na Gazeta de Lisboa são o fato de haver poucas coleções e o de não se saber se a coleção que se está consultando está completa ou não. Isto porque, mesmo que a coleção tenha a sequência completa dos números sem falta de nenhum, podem faltar os suplementos a determinados números. Esporadicamente a Gazeta publicava Suplementos, Segundos Suplementos e até Suplementos Extraordinários. Esses Suplementos recebiam o mesmo número da edição que suplementavam.

A exemplo dessa dificuldade tivemos ao preparar a biografia de D. Antônio Rolim de Moura - não encontramos a notícia de seu falecimento na primeira coleção pesquisada, embora ela tivesse a sequência completa de números do período. Casualmente foi-nos possível consultar outra coleção e encontramos a notícia procurada num Suplemento que faltava na primeira coleção compulsada (3). Passamos a transcrever as notícias que interessam a Mato Grosso, publicados no século XVIII na Gazeta de Lisboa. Os trechos em grifo são transcritos tal como se encontram na edição setecentista, apenas com a atualização de algumas formas arcaicas. Os trechos em caracteres normais correspondem a resumos ou comentários do autor deste artigo.

1740

Neste ano encontramos pela primeira vez, na Gazeta de Lisboa (coleções pesquisadas), uma citação de Mato Grosso, mais especificamente, de Cuiabá. LISBOA, 24 de novembro: Por despacho de Sua Magestade de 19 do presente mês saíram despachados os Ministros seguintes: Chanceler da Bahia, Desembargadores da Relação da mesma Cidade, Juiz do Crime da Bahia, Juiz de Fora de Outú (Itú) e Ouvidores dos Goiás, do Rio das Mortes, de S. Paulo, da Bahia e o Ouvidor do Cuyabá, Manoel Correa de Mesquita Barba.

1743

LISBOA, 3 de dezembro: Por resolução de Sua Magestade de 26 do passado, saíram despachados os Ministros seguintes: Ouvidores do Ultramar (Rio de Janeiro, Ilha do Príncipe, Ouro Preto, Paranaguá, Capitania do Espírito Santo, Paraíba, Sergipe del Rei, Alagoas, Piauí), Juizes de Cabeça de Comarca do Ultramar (Ilha da Madeira, Rio de Janeiro, Ribeirão do Carmo, Pernambuco, Angola) e Juiz de Órfãos da Baía. Para Intendentes com Predica

CONTINUA NA PAGINA SEQUINTE

NDIHR
319 0166

mento de Ouvidores, foram despachados o dos Golazes e o do Cuyabá, João da Fonseca da Cruz.

1745

Neste ano a Gazeta de Lisboa, a propósito de notícias de 23 de novembro, de falecimento do filho único da Condessa de Sarzedas, refere que Antônio Luiz de Távora, 49 Conde, no ano de 1737 faleceu nas Minas dos Tocantins, sendo Governador e Capitão General da Capitania de S. Paulo no Principado do Brasil.

1747

Em notícias de 21 de setembro, refere-se ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conde Antônio Luis de Távora, que faleceu Governador e Capitão General da Província de S. Paulo e Minas do Cuyabá, sem deixar descendentes. Durante o governo do Conde de Sarzedas foi enviada contra os Palaquês que atacavam as monções que abasteciam Cuiabá a expedição comandada pelo Tenente General Manuel Rodrigues de Carvalho (1734). Azevedo Marques registra a morte do Governador em 29/08/1737 no arrial de Traíras, em Goiás.

1748

A Gazeta noticia a nomeação do primeiro Governador de Mato Grosso, juntamente com as nomeações de outros importantes cargos. LISBOA, 6 de agosto: Foi Sua Majestade de servido nomear para Vice-Rei do Estado do Brasil ao Ilmo. e Exmo. Senhor Conde de Atouguia, e para Governador do Reino de Angola o Conde de Lavradio. Para Governador dos Goyazes a D. Marcos de Noronha, e mais Governadores de Pernambuco, da Ilha de S. Tomé, da Colônia do Sacramento e para Governador da Capitania do Mato Grosso a Dom Antônio Rolim de Moura, Capitão de Infantaria, irmão do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conde de Val de Reis.

1755

Com data de 20 de fevereiro a Gazeta dá notícia de que "Foi S. M. Fidelíssima servida de nomear pela Mesa do Desembargo do Paço, e por Decretos seus para os empregos jurídicos, entre eles o Juiz de Fora do Mato Grosso, Manuel Fanqueiro Fraústo.

1758

LISBOA, 7 de dezembro: Fez Sua Majestade uma grande promoção dos postos militares a 21 e 23 do mês de novembro, entre elas, para Brigadeiro de Infantaria, Dom Antônio Rolim de Moura, que atualmente se acha Governador e Capitão General das Capitânicas de Cuyabá e Mato Grosso.

1760

LISBOA, 5 de setembro: El Rei N.S. por Resolução de 28 de agosto passado, foi servido fazer mercê aos Bacharéis abaixo nomeados, dos lugares que contém a relação seguinte. Entre os relacionados, o Juiz de Fora do Cuyabá, Constantino José de Azevedo.

1780

A Gazeta dá notícia de um Governador nomeado que não chegou a tomar posse em Mato Grosso. LISBOA, 11 de janeiro: Por decreto de 30 de dezembro de 1779 mandou S. M. sentar Praça de Coronel de Cavalaria na primeira Plana da Corte, com a antiguidade da sua Patente, a João Pereira Caldas, Governador e Capitão General do Grão Pará, nomeado Governador e Capitão General de Mato Grosso. Em 1790, datada de 27 de abril, a Gazeta dá notícia de que S. M. houve por bem fazer mercê a João Pereira Caldas, que foi Governador e Capitão General do Grão Pará e Rio Negro, de um lugar de Conselheiro, de Capa, e Espada, no Conselho do Ultramar.

1782

LISBOA, 10 de agosto: S.M. atendendo aos serviços de Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres no Governo da Capitania de Mato Grosso e esperar dele o mesmo desempenho na Comissão das Demarcações, de que o tem encarregado, houve por bem conferir-lhe, por seu Real Decreto de 24 de julho, o Posto de Coronel de Cavalaria, de que terá exercício, quando voltar a este Reino, conservando-lhe a sua antiguidade. Neste mesmo ano de 1782, a Gazeta publicou a notícia do sepultamento do primeiro governador de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de

Moura. LISBOA, 13 de dezembro - A nove do corrente foi conduzido à sepultura o corpo do Excelentíssimo Conde d'Azambuja com toda a pompa fúnebre militar competente ao seu posto de Governador das Armas desta província. Os regimentos de Cavalaria e Infantaria aquartelados nesta Capital, guarneciam as ruas por onde passou o corpo, conduzido em um coche da Casa Real a 6 cavalos, precedendo outro de reserva: seguiam-se oito peças de artilharia, e depois as tropas, formando-se duas alas, puxadas pelo Excelentíssimo Marquês das Minas, Marechal de Campo. Foi enterrado com as competentes exéquias na Igreja do Convento da Graça, dando as tropas e a Artilharia repetidas descargas. O Duque General montou a cavalo para dar e ver executar as ordens necessárias.

1783

A Gazeta noticia a nomeação do primeiro titular da Prelazia de Cuiabá (criada por bula de 1745). LISBOA, 26 de setembro: O S.P. Pio VI, à instância da Rainha N. S. foi servido nomear, e confirmar Bispo de Zoara ao Ilustríssimo José Nicolau d'Azevedo Coutinho Gentil, Frei Conventual da Ordem Militar de S. Bento d'Avis, a quem a mesma Senhora já havia nomeado Prelado da nova Prelazia do Cuiabá e Mato-Grosso.

1784

Em 1784 publica, datada de 16 de março, outra notícia do Bispo de Zoara - A 14 deste mês se efetuou (sic) na Real Capela da Bemposta, com assistência de Suas Majestades AA. e um lúcido concurso, a Sagração do Exmo. e Revmo. Arcebispo d'Evora, D. Joaquim Xavier Botelho de Lima: O Prelado Sagrante foi o Exmo. e Revmo. Arcebispo de Lacedemônia, e os Assistentes os Exmos. e Revmos. Bispos do Maranhão, e do Cuyabá e Mato Grosso. Notícia de 19 de junho dá conta dos Bacharéis que Sua Majestade houve por bem despachar nos lugares de Letras, entre eles, para Juiz de Fora do Cuyabá, o Bacharel Diogo de Tolledo Lara Ordonhez.

1786

LISBOA, 2 de setembro: S.M. foi servida determinar vários despachos de Ministros para os Lugares abaixo de clarados por Decretos de 18, 19, 21 e 26 de agosto do presente ano, entre eles: Provedor da Fazenda de Mato Grosso. O Bacharel Antônio Soares Calheiros Gomes de A breu, com o Predicamento de Correição Ordinária. Ouvidor de Mato Grosso, o Bacharel Francisco José Damasio, com o mesmo Predicamento de Primeiro Banco, e vestindo a Beca Honorária. Entretanto em notícia de outubro desse mesmo ano aparece nomeado outro para a Ouvidoria de Mato Grosso. LISBOA, 28 de outubro - Por Decreto de 11 deste mês foi S. M. servida nomear para Ouvidor de Mato Grosso, com Predicamento de Correição Ordinária, ao Doutor Antônio da Silva do Amaral.

1788

Afinal, o Bispo de Zoara é nomeado para a Prelazia de Goiás, e não chega a tomar posse da Prelazia de Cuiabá, para a qual havia sido nomeado anos antes. LISBOA, 10 de maio: S. M. foi servida nomear para a Prelazia de Golazes ao Excelentíssimo Bispo in partibus com o título de Soará (sic), que era Prelado do Cuiabá. Notícia de 29 de agosto do mesmo ano informa que S. M. ordenou que o atual Governador de Mato Grosso, Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, fosse rendido por seu irmão, João d'Albuquerque de Mello. Em dezembro do mesmo ano de 1788, a Gazeta de Lisboa noticia a nomeação de um ex-governador de Mato Grosso para o alto cargo de Ministro do Exterior e da Guerra. E nomeou para Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra ao Excelentíssimo Luiz Pinto de Sousa Balsa mão (sic), de cuja nomeação se lhe fez também aviso no referido dia 16. Luís Pinto de Sousa, que antes de Ministro foi também Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Portugal na Corte de Londres, aparece em outras notícias do Jornal - referentes à sua carreira militar (6/12/1783), licença para passar um ano em Portugal (Lisboa, 30/09/1783), Londres, 29/08/1783), chega

da a Portugal (27/09/1783).

1789

LISBOA, 28 de novembro: Lugares de Letras providos por Decretos de 10 e 12 de novembro, entre eles o Juiz de Fora de Cuiabá, o Bacharel Luiz Manoel de Moura Cairal.

1790

Notícia de 23 de outubro, dos Lugares de Letras, por Decreto de 18 d'Outubro inclui: Intendente do Ouro do Rio de Janeiro, o Doutor Caetano Pinto de Vasconcelos Monte-Negro. Ouvidor de Mato Grosso, o Doutor Luís Tomaz Navarro de Campos.

1791

LISBOA, 8 de julho: Por Decreto de 19 de junho de 1791 foi S. M. servida nomear ao Doutor Luís Tomaz Navarro de Campos para o lugar de Provedor da Fazenda Real da Capitania de Mato Grosso. Neste ano a Gazeta noticia a volta a Portugal do Governador Luís de Albuquerque. LISBOA, 19 de julho: Na charrua denominada Águia, que a 4 do corrente chegou do Pará a este porto, veio o Governador, e Capitão General de Mato Grosso Luís d'Albuquerque de Mello Pereira Cáceres, em cuja Capitania, depois de a ter governado desde dezembro de 1771 até novembro de 1790, foi sucedido por seu irmão João d'Albuquerque de Mello Pereira Cáceres: e no dia 10 teve a honra de beijar a mão a S. M., que o recebeu com a benignidade que lhe é própria.

1793

A Gazeta deu destaque à notícia da apresentação, por Antônio Pires da Silva Pontes, membro de uma das comissões de Limites de Mato Grosso, de uma descrição sobre o lendário Lago Xaraés na Academia Real das Ciências, de Lisboa. LISBOA, 26 de janeiro: A 17 do corrente teve a Academia Real das Ciências sessão pública, na qual se leu a Descrição do Lago Xarayes, dada pelo Lente do Corpo dos Guardas Marinhas da Armada Real, Antônio Pires da Silva Pontes, para servir de Nota à primeira Carta geográfica, que o dito Lente apresentara no Depósito dos Conhecimentos Nacionais, que a mesma Academia possui, fixando pelas observações astronômicas, e confimuração desta Carta mais de 34 léguas quadradas naquela parte do Globo, ignorada até o presente pela confusão dos Geógrafos em colocar as fontes do Rio da Prata, que nascem nos Domínios Portuguezes, cometendo erro de mais de 7 graus nas do Norte. Neste mesmo ano, notícia de 19 de outubro dá conta de que, por decreto de 5 desse mês, atendendo a representação de Francisco d'Albuquerque e Castro, Comendador da Comenda de S. Martinho de Chãs, na Ordem de Cristo, S. Majestade houve por bem e por graça, em virtude da desistência do Suplicante, fazer mercê da dita comenda ao seu filho primogênito Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira Cáceres e Castro para a ter em sua vida subrogada no lugar da que seu pai havia de fazer.

1794

LISBOA, 12 de julho: Relação dos Ministros despatchados por Decretos de 27 de junho de 1794: Provedor da Fazenda de Mato Grosso, com Beca Honorária, José Félix de Araújo. Ouvidor de Mato Grosso, Francisco Lopes de Sousa Faria e Lemos. Nesse mesmo ano a Gazeta dá destaque à premiação concedida pela Coroa ao cientista brasileiro Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, que na sua Via gem Filosófica percorreu as Capitânicas do Norte e a de Mato Grosso. LISBOA, 18 de julho: Por Decreto de 5 de julho de 1794 houve S. M. por bem de fazer mercê do Hábito da Ordem de Cristo, com 60\$ réis de Tença, e faculdade de poder usar desde logo da insígnia da dita Ordem ao Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira, Oficial da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, e Domínios Ultramarinos, pelos serviços feitos nas extraordinárias comissões que lhe foram encarregadas dos reconhecimentos Filosóficos e Políticos das Capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, e Cuiabá, de que deu toda a satisfação que devia esperar-se da sua honra, talentos, e aplicações; e ele em virtude da mesma graça teve logo a honra de ser condecorado pela mão do Excelentíssimo Martinho de Mello e Castro, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. O

Suplemento à Gazeta de Lisboa nº XXXIX, de sexta feira, 3 de outubro de 1794, noticia a premiação, pelo Governo, dos serviços prestados por Silva Pontes, inclusive, ou melhor, principalmente como membro de uma das Comissões de Demarcação de Limites em Mato Grosso. LISBOA, 3 de outubro. Por Decreto de 4 de setembro de 1794 foi S. M. servida fazer mercê a Antônio Pires da Silva Pontes Lente, primeiro Tenente do Mar, e Lente da Academia Real de Marinha, em atenção e remuneração dos seus serviços, assim como no exercício dos seus postos e profissão, como nas diferentes comissões de que tem sido encarregado, do Hábito de S. Bento d'Avis. Sobre o Ilustre mineiro a Gazeta publicou mais as seguintes notícias: Sobre sua Descrição do Lago Xaraés (1793), a apresentação de uma memória sobre Cartografia na Academia Real das Ciências de Lisboa (1797), sua nomeação para Governador do Espírito Santo (1798) e a publicação de sua tradução de um livro de Jorge Atwod sobre Arquitetura Naval (1798).

1795

A Gazeta noticia, a nomeação de 4 Governadores, o de Angola e 3 do Brasil, entre eles o de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que aqui como em outras notícias do periódico aparece com o sobrenome Vasconcelos, ao invés de Miranda. LISBOA, 4 de setembro: S. M. foi servida nomear para Governadores e Capitães-Generais - de Mato Grosso a Caetano Pinto de Vasconcelos Monte-Negro; de S. Paulo a Antônio Manuel de Melo de Castro; de Minas Gerais a D. Bernardo de Lorena; e de Angola a D. Miquel Antônio de Melo.

1796

O Segundo Suplemento à Gazeta de Lisboa nº LII, de Sábado, 31 de dezembro de 1796, noticia o falecimento do Governador João de Albuquerque, ocorrido 10 meses antes, em Vila Bela. Tal era a demora na época para chegar, dos sertões do Guaporé a Lisboa, uma notícia. João d'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Cavaleiro da Ordem de S. João de Malta, do Conselho de S. M., e Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, faleceu em Vila Bela, Capital do mesmo Governo, no dia 28 de fevereiro próximo passado. Esteve de Mendonça nas Datas Mato-grossenses dá como ocorrido no dia seguinte - 29/02/1796 - o falecimento.

1797

Neste ano a Gazeta publicou duas notícias sobre o paulista Francisco José de Lacerda e Almeida, que foi membro de uma Comissão de Limites em Mato Grosso - sua nomeação para Governador do Rio de Sena, na África Oriental, e a concessão, por S. M., do Hábito de Cristo. LISBOA, 18 de março - Por Decreto de 13 de fevereiro de 1797 foi S. M. servida despachar para Governador dos Rios de Sena o Capitão de Fragata Francisco José de Lacerda. LISBOA, 4 de abril - S. M. foi servida fazer mercê ao Doutor Francisco José de Lacerda e Almeida, Capitão de Fragata da Real Armada e Governador dos Rios de Sena, do Hábito da Ordem de Cristo, com faculdade de usar desde logo da Insígnia da dita Ordem: e isto em contemplação e remuneração dos serviços que fez nas Demarcações do Rio Negro, Mato Grosso e S. Paulo e como Lente de Matemática da Academia Real dos Guarda-Marinhas. Neste mesmo ano de 1797 noticia o falecimento do ex-Governador Luís de Albuquerque. LISBOA, 18 de julho - Luís de Albuquerque de Mello Pereira Cáceres, do Conselho de S. M., Governador e Capitão General que foi de Mato Grosso, Coronel na primeira Plana da Corte, e Conselheiro do Conselho Ultramarino, faleceu nesta Cidade a 7 do corrente mês.

1798

Por Decretos de 19 de maio foram nomeados vários funcionários, entre eles: Diogo de Toledo Lara Ordóñez, que houvera sido magistrado em Cuiabá, nomeado Intendente do Ouro do Rio de Janeiro. Para Juiz de Fora de Cuiabá, Joaquim Inácio Silveira da Mota. Por Decretos de 19 de outubro de 1798 foram feitas várias nomeações para Lugares de Letras, inclusive a de Manuel Joaquim Ri

CONCLUI NA PAGINA SEGUINTE

beiro Freire, para Ouvidor de Mato Grosso. Esta última notícia é datada de Lisboa, 26 de outubro. Outra notícia, dois meses depois, é referente ao Ouvidor nomeado. LISBOA, 25 de dezembro - Por Decreto de 26 de outubro de 1789 foi servida (S.M.) fazer mercê de Beca Honorária ao Bacharel Manuel Joaquim Ribeiro Freire, Ouvidor de Mato Grosso.

1800

Em maio do último ano do século XVIII a Gazeta de Lisboa dá notícia de que, entre os despachos publicados na Corte a 4 de maio, figurava o do Provedor de Mato Grosso, João Teixeira Monteiro de Carvalho, com Predicamento de Primeiro Banco.

Notas

- 1 - O símbolo mais usado no título na Gazeta de Lisboa foi o brasão real português em estilo que iam variando com as épocas, alguns deles constituindo belas composições. Durante determinado período do século XVIII o escudo foi substituído por um anjo barroco em vô tocando uma trombeta e segurando uma bandeira real - era o arauto das notícias.
- 2 - Mereceram também destaque da Gazeta as premiações da Coroa a três ilustres cientistas brasileiros que prestaram serviços em Mato Grosso no século XVIII - Silva Pontes, Lacerda e Almeida e Alexandre Rodrigues Ferreira.
- 3 - D. Antônio Rolim de Moura, Conde de Azambuja, Primeiro Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, Governador da Bahia, Vice-Rei do Brasil (Biografia), UFMT, Imprensa Universitária, Cuiabá, 1982.

A HISTÓRIA DO JORNAL E A HISTÓRIA DA NOSSA CULTURA

CONCLUSÃO DA PAGINA 05

CRISÁLIDA, de 1926; O LICEISTA, de 1889, O ABECE, de 1936; A JUVENTUDE, de 1908; O EMBRIÃO, de 1908; O NEÓFITO, de 1910 ... Uns, exprimiam ação e decisão, como O REBATE, de 1897; A REAÇÃO, de 1928; O COMBATE, de 1946; A BATALHA, de 1938; A LIÇA, de 1885, e até O DUELO, de 1931 ... O jornal dos espíritas era o ALLAN KARDEC, de 1903; os católicos tiveram A CRUZ, de 1910, e o PRO-FAMÍLIA, de 1920. Os protestantes editaram A PENA EVANGÉLICA, de 1925 ...

Publicações de cunho científico, ou dedicadas a disciplinas muito especializadas foram: a REVISTA MATO-GROSSO, de 1904; ARQUIVO, também desse ano, que divulgava material de História e Geografia; a REVISTA JURÍDICA, de 1913; OS ANAIS FORENSES, de 1921, e até hoje sendo publicados; a REVISTA RURAL, de 1930; a REVISTA DE INTERCÂMBIO CULTURAL E ECONÔMICO, de 1940 - isto sem falar das revistas da Academia e do Instituto Histórico. Seção interessante do quadro que estamos tentando esboçar, seria a destinada aos jornais classistas: O LUTADOR, de 1933; A UNIÃO, de 1937; A VERDADE, de 1920 - foram jornais da classe operária; A DEFESA, de 1937, pertencia aos advogados provisionados; O COMÉRCIO, de 1910; O ESPORTE, de 1931; e até mesmo O RÁDIO POSTAL, dos funcionários do Correio; O MUTUALISTA, dos empregados de companhia de seguros ... Alguns tinham nomes muito signifi-

cativos de fenômenos naturais, como A BRISA, de 1884; A LUZ, de 1924, A AURORA, de 1896; O REVERVERO, de 1914.

A mitologia foi representada pelo ARGOS, de 1878, e por THEMIS, de 1909. O tempo teve como arautos, o próprio O TEMPO, de 1911. O MOMENTO, de 1919; A HORA, de 1926; O FUTURO, de 1889; A SEMANA, de 1926; a NOVA ERA, de 1931 ... E a Entomologia? - Apresentou-se com A CRISÁLIDA, de 1926; A VESPA, de 1889; O PIRILAMPO, de 1882 ... Um capítulo também especial deve ser reservado aos jornais humorísticos, ou de crítica, como então se chamava. Ora, são objetos contundentes, como O MARTELO, de 1904; O CACETE, de 1920, ora, são instrumentos pontuados ou vulnerantes, como A BAIONETA, de 1920; O FERRÃO, de 1926, e O ALFINETE, de 1924. Penetrante, foi o PARAFUSO, de 1920. Também humoristas e com nomes expressivos, foram O FIFÔ, de 1924; A CARAPUÇA, de 1934; O GARGANTA, de 1927, e A PILHÉRIA, de 1928.

Como se vê, o quadro é copiosíssimo e original. E aí fica ainda a sugestão para que os pesquisadores atente para essa mina de riqueza enorme - reveladora de um tempo em que as dedicações mais vivas do homem estavam permanentemente volvidas para o problema instantâneo do conhecimento e da sabedoria.

UMA "WALL STREET" CABOCLA

CONCLUSÃO DA PAGINA 10

lhedora rua do Campo, tão cheia de quintais grandes, cobertos de mangueirais, tarumeiros, pés de pitombas e de pretas e adocicadas jabuticabas, seculares tamarineiros, virou WALL STREET sertaneja. Agressiva, trepidante, nervosa, apressada. Nela, o tempo é mais importante que o espaço. O verde dos pomares foi tragado pelo cinza do cimento dos paredões. Mas a ofensa foi tão grande, que os próprios Bancos que se instalaram na rua do Campo, e que a agrediram com a frieza do cinzento, destruindo o seu verde e substituíram o sol pela luz fria das "calhas de neon", estão a pedir desculpas, pela invasão. E tentam humanizar a selvageria das pedras, cobrindo-as de samambaias e flores, tentando redimirem-se da avalanche dos "arrasa-quarteirões", que expulsaram o riso, a calma e as gentes desta violentada rua do Campo. Durante o dia, um tumulto de supermercado, em época de boataria. À noite, o silêncio das cousas mortas ... Assim, a nossa WALL STREET cuiabana! ...

N.R.: Este artigo, de autoria do cronista e historiador cuiabano Octayde Jorge da Silva, é publicado no Suplemento Mensal do Diário Oficial do Estado como uma merecida homenagem ao mais novo acadêmico mato-grossense. Na noite do dia 7 de setembro de 1986, quando a Academia Mato-grossense de Letras comemorava 64 anos de fundação, nela ingressou o ilustre autor desta e de muitas outras crônicas que narram, com o encanto do início do século XX, doces e saudosas páginas da História de Cuiabá. É uma justa e merecida homenagem que o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional presta a uma das maiores expressões da cultura cuiabana contemporânea.

